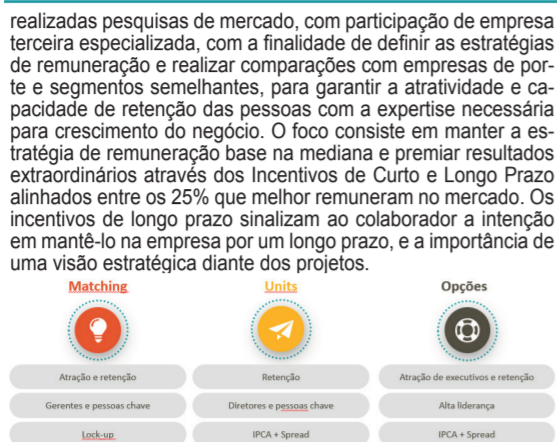






# ENEVA S.A.

CNPJ/MF: 04.423.567/0001-21



## AVALIÇÃO DE DESEMPENHO E SUCESSÃO

Para promover uma cultura de performance e desenvolvimento contínuo dos colaboradores, a Eneva conta com um processo robusto de gestão de pessoas, o Ciclo de Avaliação de Carreira e Sucesso - CACS, que ocorre anualmente para todos os profissionais da Eneva. Os objetivos do CACS são:

- Reconhecer os melhores desempenhos, fortalecendo a cultura de meritocracia;
- Identificar talentos e possíveis sucessores;
- Apoiar os gestores no desenvolvimento de suas equipes, através de feedbacks estruturados com pluralidade de visões;
- Manter a companhia apta para os desafios atuais e futuros;
- Produzir insumos para a realização de um Plano de Desenvolvimento Individual consistente. O ciclo anual de avaliação de carreira e sucesso já acontece há 5 anos na Companhia e em 2021 foram 1.010 profissionais avaliados, ao longo de 70 comitês e somando um total de 340 horas de reuniões. Do total de mulheres elegíveis, 10% receberam promoção para um cargo superior, enquanto 9% dos homens receberam promoções. Em 2020, 16% das mulheres e 10% dos homens promovidos foram promovidos, também em relação a base de elegíveis de cada um dos gêneros. O processo de mapeamento sucessório permite que seja feito um desenvolvimento assertivo e focado, para que as pessoas efetivamente possam ocupar posições de maior complexidade. Foram identificadas como posições críticas 6% do total das posições da Companhia, sendo que 61% dessas posições possuem sucessores de curto prazo mapeados internamente e 39% sucessores do mercado. Em relação ao mapeamento interno de sucessores de médio/longo prazo para as posições críticas, este totalizou 76%.

## BENEFÍCIOS

A ENEVA adota um procedimento de benefícios visando garantir a equidade interna e a competitividade com o mercado, respeitando sempre as determinações do Acordo Coletivo de Trabalho vigente e celebrado em cada localidade. A forma de solicitação e concessão é relatada em cada procedimento e os valores seguem conforme o Acordo Coletivo mencionado. Em 2021, além dos benefícios já incluídos no portfólio da Companhia, foram adicionados/aprimorados 7 novos benefícios, como Auxílio Funeral para pai e mãe, Programa Eneva baby (serviço que acolhe e orienta as gestantes da gravidez até o nascimento do bebê), empréstimo consignado, dentre outros. Para apurar o nível de satisfação dos colaboradores com os benefícios ofertados foi realizada uma pesquisa interna, que obteve uma adesão de 60% do total de colaboradores da Companhia. Seus resultados mostraram que:

- O vale-refeição, plano de saúde e cartão-presente de Natal são os benefícios que mais agradam os colaboradores;
- Logo na sequência estão vale-alimentação, previdência privada, seguro de vida e plano odontológico, também muito bem avaliados;
- A maioria dos colaboradores avaliou plano de saúde, plano odontológico, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e previdência privada como os benefícios mais importantes;
- Por fim, cerca de 200 colaboradores elogiaram os benefícios no campo de comentários.

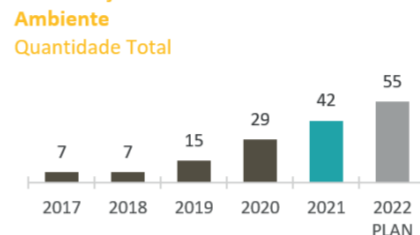
## COMPROMISSOS ESG (Environmental, Social and Governance)

Em 2021, a Eneva definiu seu posicionamento ESG para liderar uma transição energética socialmente justa e inclusiva. Nela, foram elencados compromissos de longo prazo, em um horizonte de 2030 a 2050, considerando as especificidades do setor de atuação e do Brasil; a expectativa do Plano Decenal de Expansão de incremento capacidade de geração em fontes renováveis e gás natural, até 2030; a intermitência da matriz renovável, que exige a complementaridade por uma fonte de energia estável; a necessidade de otimizar ativos, para que não fiquem ociosos para suportar o crescimento econômico; o fato de o Brasil apresentar uma economia em desenvolvimento com uma população em expansão, mas onde, de acordo com o IBGE, ainda há mais de 2 milhões de pessoas sem acesso à eletricidade; bem como a transição para uma economia de baixo carbono, que requer uma preparação e recapacitação da mão de obra em larga escala. Para dar suporte a esse desafio, a Companhia somou forças aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, observando dentro de suas metas prioritárias aquelas que mais se aproximam dos impactos positivos gerados pelo negócio. Com os objetivos mapeados e definidos, os Compromissos foram apresentados com três componentes interdependentes para a construção de um legado social, econômico e ambiental positivo nos locais onde a Eneva atua. Compromissos ESG baseados em 3 componentes interdependentes e 9 ODS prioritários:

## SISTEMA DE GESTÃO

A gestão e o acompanhamento do tema ambiental seguem a política, diretrizes, manuais e procedimentos de HSE, auditados por consultorias independentes anualmente. Com vistas à melhoria contínua, foram mantidos normativos corporativos, padronizando as operações na gestão das emissões reguladas e de gases de efeito estufa, efluentes, recursos hídricos e resíduos. Em 2021, foram criados e publicados novos procedimentos de gestão da biodiversidade, de produtos químicos, ruído ambiental e passivos. Para engajar e facilitar a comunicação interna, periodicamente é divulgada a performance ambiental por meio de reuniões de análise crítica em todas as operações. Além disso, outras ferramentas de análise crítica foram mantidas como o Painel de Licenciamento Ambiental e o Dashboard para gestão operacional dos KPIs em Meio Ambiente, em todas as unidades. As métricas de performance ambiental foram expandidas, de acordo com as metodologias internacionais: Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Em 2021, foram implantados 13 novos KPIs com foco na manutenção da qualidade do ar, no monitoramento de efluentes, na destinação sustentável de resíduos e no aumento de reposição florestal.

## Estruturação de KPIs I Meio Ambiente



## LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Todos os ativos da companhia são avaliados por meio de estudos de impacto socioambiental, conduzidos e elaborados por consultorias independentes e multidisciplinares (físico, biológico e social). Eles são instrumentos do licenciamento ambiental, apresentados e aprovados por órgãos governamentais. São elaborados de forma participativa, inclusiva e sempre optando pelo menor impacto possível, além da proposição de programas de controle e monitoramento. Por meio de um sistema de controle de prazos e cumprimento de requisitos legais, é realizada a gestão de mais de 100 licenças e autorizações ambientais, totalizando mais de 1.000 condicionantes distribuídas em unidades operacionais. Em 2021, todas as licenças necessárias para os ativos da Eneva foram mantidas, tendo sido emitidas 99 licenças e autorizações de forma a garantir o fortalecimento e a expansão da Companhia. Nesse período, destaca-se a emissão de licenças relevantes para o grupo Eneva: (i) a renovação de todas as licenças de operação do Complexo Palmaíba; (ii) 10 Licenças Prévia de Perfuração que permitiram o desenvolvimento da campanha de exploração e condicionantes para a produção do meio ambiente; (iii) licença de instalação para GVP; (iv) Licença Prévia para GVT; (v) Licença de Instalação para Palmaíba VI; (vi) Licença de Operação para Palmaíba V; (vii) Renovação da Licença de Operação para UTE Pecém II; (ix) Licenças de Operação para Jaguaritica e Azulão; (x) licenças para perfuração de mais 4 poços exploratórios no Amazonas; e (xi) Licença Prévia para UTE Azulão I. Contratos e mecanismos para a proteção do meio ambiente são estabelecidos e adotam-se padrões internos rigorosos de qualidade ambiental em todas as unidades, como o monitoramento e controle de: • Emissões Atmosféricas; • Efluentes Líquidos; • Qualidade da água superficial e subterrânea; • Resíduos Sólidos; • Meteorológico e da Qualidade do Ar; • Qualidade do Solo; • Fauna Terrestre e Aquática; • Ruído; • Relacionamento com Comunidade Local; • Educação Ambiental; • Contratação e Apoio à Mão de Obra Local; • Reassentamento de População. Todos os resultados de controle e monitoramento realizados são apresentados a órgãos ambientais competentes e estão disponíveis para consulta pública nas documentações apresentadas para os processos de licenciamento.

## PROGRAMA REFORESTAR

Em 2021, foi iniciado o Programa Reflorestar visando recuperar uma área inicial de 60 hectares, o equivalente a aproximadamente 85 campos de futebol, nas proximidades da Baía do Rio Mearim e no Parque Estadual do Mirador, na Baía do Rio Itapecuru, no estado do Maranhão. A reposição florestal é de extrema importância para recuperação de biomas no Estado e para a preservação das bacias hidrográficas, que têm papel fundamental na economia local e no bem-estar da população. Áreas com potencial para sistemas agroflorestais terão preferência no programa, de forma a incentivar a preservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico da região. A primeira área recuperada foi a região de um antigo lixão do município de Lima Campos. A partir de 2022, este programa será ampliado e incluído no Compromisso ESG pela Conservação da Amazônia, integrando especificamente as atividades no pilar reflorestamento.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

Um dos itens necessários para o desenvolvimento para projetos sociais é o estabelecimento de um relacionamento duradouro, transparente e que responda às expectativas das partes envolvidas. Para tanto, é necessária a identificação das partes, de suas expectativas e da sustentabilidade dos temas que se relacionam. A Eneva mantém como pressupostos de seu trabalho: > Manter relacionamento de transparência e credibilidade, ética nos negócios e de combate à corrupção, promovendo o engajamento com suas partes interessadas; > Fomentar o desenvolvimento sustentável nas regiões onde atua em parceria com as partes interessadas, por meio da adoção e disseminação de práticas de gestão e governança do território que promovam a natureza integrada das vertentes social, ambiental, econômica e cultural; > Identificar e gerar os impactos positivos e negativos ao meio ambiente e às pessoas, e possibilitar a gestão eficaz do uso de recursos naturais, buscando a utilização das melhores práticas de mercado.

## PROJETOS SOCIAIS

Dentre os projetos sociais apoiados pela Eneva em 2021, destacam-se: **Projeto Educação Sustentável:** O Programa de Educação Ambiental (PEA) tem como objetivo geral orientar professores e sensibilizar alunos AID para uma atuação efetiva e contínua na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região. O Projeto de Educação Sustentável tem como principal proposição promover a sustentabilidade, segurança alimentar e melhoria no processo pedagógico por meio da agricultura familiar. Em 2021, o Projeto Educação Sustentável teve implantação total em escolas públicas municipais/estaduais (57 unidades de ensino) das áreas do Complexo do Palmaíba, Itaqui, Pecém, Azulão e Jaguaritica, com os seguintes destaques: > Implantação de 92 hortas orgânicas nos espaços ociosos das escolas públicas municipais/estaduais; > Participação e envolvimento de 350 profissionais da área da educação entre professores e merendeiras; > Capacitação teórica e prática ao pedagógico das escolas, com participação do SESE; > Mais 11 toneladas de hortaliças, frutas e medicinais destinadas a merenda escolar e famílias de vulnerabilidade local - segurança alimentar; > Replicação em famílias que venderam para incremento de renda - 100% orgânico. **Projeto Agricultura HortCaná:** O Projeto de Reassentamento da Vila Caná está em fase de pós-emancipação, com todos os compromissos assumidos com o órgão ambiental e a comunidade da Vila Caná cumpridos e concluídos. A Companhia continua com o monitoramento e os avanços do projeto se consolidam com a inclusão de novos parceiros e políticas públicas. Como apresentação do processo e conclusão da emancipação, são descritas as principais ações e compromissos com o histórico e avanços do Projeto de Reassentamento da Vila Caná.

## Área de Produção Orgânica



## Cacau Orgânico

O Projeto Polo Agrícola HortCaná concluiu a primeira produção do Chocolate Orgânico e o produto teve seu lançamento em março de 2021, com destinação direta para comercialização dentro do Estado do Maranhão. É o primeiro chocolate produzido com cacau orgânico 100% maranhense, obtendo assim melhor qualidade e valorização da produção do projeto social. O resultado foi o retorno positivo da mídia local e aumento considerável das vendas dos chocolates e dos produtos do próprio Polo.



Chocolate com Produção Orgânica

Além disso, foram plantadas 27 mil mudas híbridas de cacau, por agricultores, suas famílias e acompanhamento da Universidade Estadual do Maranhão. A projeção de primeira safra é para 2022 e o total de área destinada somente para produção do cacau, depois desse plantio, chega a 24 hectares.



Chocolate Orgânico Polo Agrícola

A ação é fruto de uma parceria com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, órgão especial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que trata diretamente da produção e pesquisa dos melhores cacaos do Norte e Nordeste. Com a parceria, o Polo será incluído nas ações de pesquisa, melhoramento genético e assistência especializada.



Lançamento do Chocolate Orgânico

O Polo Agrícola HortCaná foi aprovado em mais um edital da Embrapa Maranhão para o projeto "Horta Pedagógica", que tem como objetivo promover segurança alimentar, nutricional e médica para as comunidades vulneráveis. As hortas do projeto serão 100% medicinais e vão servir de apoio para extensão do curso de Farmácia da Universidade Federal do Maranhão. Também funcionarão como sala de aula aberta para disciplinas básicas e temas transversais que poderão ser abordados, de forma prática, em conjunto com os aspectos agronômicos. **Projeto Agricultura Nova Demanda (São Antônio dos Lopes):** Iniciado em 2020, o projeto de Incentivo à Agricultura Familiar no Povoado Nova Demanda teve avanços significativos, com a Associação de Produtores e Agricultores Rurais Nova Demanda incluída em políticas públicas, através do Projeto Mais Sementes. Adicionalmente, em 2021, o projeto participou e obteve aprovação em dois editais do PROCAF - Programa de Compras da Agricultura Familiar, gerando fonte de renda e escoamento dos produtos, como pode ser visto no gráfico abaixo.

## Renda Média dos Agricultores



Atualmente, a APRAND (Associação de Produtores Rurais Agroecológicos do Povoado Nova Demanda) conta com 30 famílias associadas, que recebem visitas periódicas da Assistência Técnica, concedidas pela ENEVA afim de orientá-las na melhor forma de produção de alimentos agroecológicos. Além disso, a ENEVA apoiou a iniciativa de realização de feiras nos municípios vizinhos, promovendo a circulação dos produtos.



Feira Orgânica

Foi identificada a necessidade de implantação de sistema de irrigação, resultando na entrega de kits de irrigação às famílias associadas, distribuídos em blocos conforme engajamento e produção. **Projetos Agroflorestais:** Em abril de 2021, foi iniciado o Projeto Agroflorestal nos municípios de Itaipiranga e Silves, no Amazonas, para levar apoio às ações de desenvolvimento social e geração de renda para 450 famílias, que se sustentam com a agricultura e a criação de animais. A etapa inicial contou com visitas de pesquisadores da EMBRAPA às áreas de produção, elaborando um plano de trabalho e identificando áreas para o reflorestamento no manejo agroflorestal, além da indicação de mudas. O propósito é centrado em: (i) uso coletivo, (ii) melhoria da qualidade e diversidade dos produtos; e (iii) comercialização.



Reunião com os agricultores locais

Adicionalmente, foram iniciadas, em 2021, as capacitações com o "Sistema de Produção Agroflorestais de Café", em parceria com a Embrapa Amazônia Ocidental (Manaus, AM), Embrapa Rondônia (Porto Velho, RO), e Instituto de Desenvolvimento Agropecuario e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), por meio de curso on-line. A ENEVA atuou com a mobilização nos grupos de Itaipiranga e Silves, disponibilizando acesso à transmissão, transporte, apoio local, certificados e incentivo à produção local.

## PROJETO AMUQUEC

O ano de 2021 foi marcado pela atualização das DAPs - Declaração de Aptidão - junto ao PRONAF das associadas e à regularização da Associação. Foi iniciado um novo ciclo de capacitação com as quebraadeiras de coco para produção de sabonete artesanal do azeite do coco babaçu. O objetivo é incentivar as quebraadeiras a alcançar o mercado consumidor. Com o mesmo objetivo, a AMUQUEC foi aprovada em 2 editais do PROCAF. No ciclo de capacitações, as associadas de Capinzal do Norte/MA receberam o acompanhamento da equipe de SESE por 6 meses com capacitações nos âmbitos de: Educação Financeira; Desperdício; Formação de Cardápio; Organização e armazenamento de produtos e a COPEL, para articulação de início de vendas e auxiliar a entrada delas no mercado.



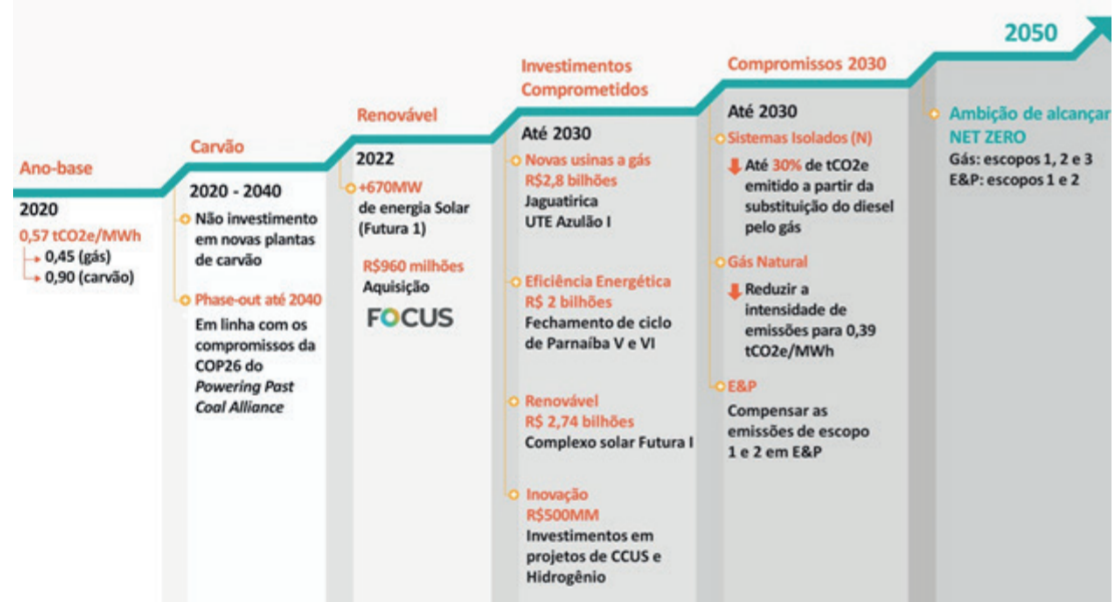
AMUQUEC

A associação participou, em setembro de 2021, da atividade promovida pelo Governo do Maranhão: "Mulheres do Babaçu - Quebraadeiras de Coco do Maranhão", evento alusivo ao Dia Estadual das Quebraadeiras de Coco Babaçu, para pautar a comercialização de produtos, atrações culturais e participação de membros de movimentos relacionados ao extrativismo sustentável.

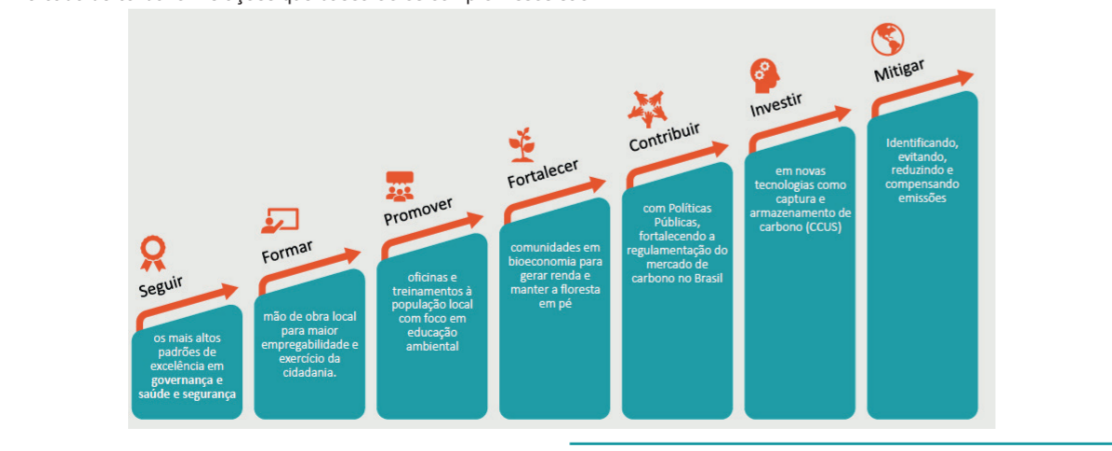


## COMPONENTES

Para alcançar a visão de liderar uma transição justa e inclusiva, a atuação ESG da Companhia estará centrada em três principais tópicos, que reunirão uma série de esforços em cada um: 1. Reduzir as emissões; 2. Melhorar índice de progresso social nos municípios onde atuamos; e 3. Conservar a Amazônia. **Reduzir emissões:** O Brasil apresenta uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, com 84% de energia renovável, majoritariamente provenientes de fontes hidrelétricas e eólicas. São fontes importantes para o sistema, mas apresentam intermitência como reflexo das condições naturais voláteis. Como exemplo, em contexto de crises hídricas, como ocorreu em 2021, o Sistema Elétrico necessita suplementar as fontes de energia para garantir a continuidade do fornecimento elétrico. O gás natural se destaca como a principal fonte para a transição energética nacional, como a mais segura e menos poluente disponível, representando hoje 9% da matriz elétrica brasileira e sendo chamada a gerar eletricidade adicional quando as demais fontes não estão disponíveis. Cientes da posição estratégica da Companhia na transição energética, nos próximos anos a Eneva irá investir em um conjunto de iniciativas que contribuirão para a redução da intensidade das emissões de CO2e nos próximos anos. Os investimentos serão direcionados para projetos de eficiência energética, executar o phase-out das usinas a carvão até 2040, investir em tecnologias de captura e estocagem de carbono, bem como ampliar nossa carteira de plantas de geração renovável. Neste caminho, a Companhia tem a ambição de alcançar o Net Zero até 2050 - Escopos 1, 2 e 3 para geração de energia a gás e Escopos 1 e 2 para E&P, com os seguintes marcos nessa jornada:



**Melhorar índice de progresso social nos municípios onde atuamos:** A contribuição com o desenvolvimento do entorno das operações da Companhia, com ações que promovam a melhoria de qualidade de vida e geração de emprego e renda, faz parte da estratégia do modelo de negócios da Eneva. No interior do Maranhão, onde está localizada a operação mais longa da Companhia no Complexo Palmaíba, a presença da Eneva garante o aumento da arrecadação dos municípios produtores de gás natural e contribui para o desenvolvimento, elevação da renda e escolaridade da população e aumento da participação da indústria no PIB, como mostram os dados de evolução nas cidades em que a Eneva está presente. **Santo Antônio dos Lopes (dados do IBGE, no período entre 2010 e 2019):** • O número de empresas no município foi de 82 para 162 (+97,5%); • O salário médio mensal evoluiu de 1,1 para 4 salários-mínimos; • O pessoal ocupado assalariado no município mais que dobrou. Desde o início das nossas atividades, os projetos sociais da Eneva envolveram aproximadamente 70 mil pessoas direta e indiretamente. Até 2030, a meta é beneficiar 50 mil pessoas diretamente e 100 mil indiretamente por meio de projetos sociais com foco em geração de renda e educação. Para tanto, a atuação será focada nos seguintes territórios em que a Companhia está presente, replicando as linhas de atuação de: • **Responsabilidade Social:** Projetos sociais voltados para famílias em vulnerabilidade com foco em agricultura familiar, geração de renda e educação, para redução de analfabetismo. • **Mão de obra local:** Formação de mão de obra local para maior empregabilidade e exercício da cidadania; • **Fornecedores locais:** Promoção de iniciativas que contribuam para o desenvolvimento da economia local. **Conservar a Amazônia:** A Eneva atua principalmente em estados que compõem a Amazônia Legal. Embora as operações estejam distantes de zonas de índices elevados de desmatamento, a Companhia entende que possui um papel fundamental para promover ações que garantam a conservação da maior floresta tropical do planeta. Com o objetivo de preservar a floresta em pé a partir de projetos de bioeconomia por meio de sistemas agroflorestais, gerando oportunidades para o crescimento local sustentável, a Companhia irá impulsionar atividades que valorizem o produto proveniente da floresta e os inclua no mercado. Com essas atividades, a Companhia pretende contribuir com a consolidação de 500 mil hectares de áreas protegidas na Amazônia Legal, multiplicando por 1.000 a atuação atual na área ambiental. Todas as atividades desenvolvidas nessa linha serão ancoradas na visão integrada de cinco pressupostos: apoio às agroflorestas e à bioeconomia; apoio à unidade de conservação; restauração florestal, quando necessário; monitoramento territorial para garantir a consolidação das áreas; e participação no mercado de carbono. As ações que basearão os compromissos são:



A Eneva está em processo de construção e aprimoramento contínuo e, nesse sentido, foram definidas as primeiras ações a serem tomadas. Garantindo a transparência e aprimoramento constante, os compromissos poderão ser atualizados e aprimorados para adaptarem-se a novos contextos e ao surgimento de novas tecnologias e oportunidades do setor.

## DESTAQUES ESG 2021

• 1º Estudo de Riscos e Oportunidades Climáticas; • 1º Inventário de GEE auditado e publicado no Programa GHG Protocol (selo Gold); • Adesão ao CDP (Clima C e Água B); • Inclusão da Eneva na carteira do Índice de Carbono Eficiente (IC2) da B3;

• ESG na tomada de decisão e planejamento de longo prazo; • Criação do grupo de embaixadores ESG; • Adesão a Rede Brasil do Pacto Global; • Lançamento dos compromissos ESG.

## GESTÃO AMBIENTAL

**Visão Geral:** O compromisso com a preservação ambiental e a minimização de impactos das operações é um importante pilar da atuação da Eneva. As diretrizes, os aspectos e os impactos operacionais com foco na gestão ambiental estão centralizados no Sistema de Gestão em Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Responsabilidade Social - partes indissociáveis dos processos de gestão, operação e de tomada de decisão da Companhia.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>



## ENEVA S.A.

CNPJ/MF: 04.423.567/0001-21

### PROJETO APRENDER

Em 2019, a ENEVA passou a apoiar o Projeto Aprender voltado para a educação de crianças na primeira infância. Com a permanência do quadro pandêmico, em 2021 o projeto foi remodelado com encontros virtuais periódicos, envolvendo também a Secretaria de Estado do Maranhão para apresentação de devolutivas e de indicadores nos municípios de AID do Complexo Parnaíba. O projeto apresentou avanços no último ano, atingindo todos os municípios do Estado do Maranhão. Mesmo em época de pandemia, houve aumento de ações reformuladas devido ao número considerável de abstinências, em virtude da ausência de acesso à internet, principalmente aos profissionais e alunos que residem na zona rural. Os encontros virtuais periódicos possibilitaram a LABEDU, executora do projeto, a apresentar dados qualitativos e quantitativos dos municípios e abrir espaço para cada representante da educação descrever a evolução dos professores, observando as particularidades de cada município, com o projeto adaptando-se de acordo com a realidade. Dessa forma, o projeto tomou uma dimensão gigantesca, a ponto do Projeto Aprender ser inserido na política de formação do Estado do Maranhão.

### PROJETO REVOLUÇÃO DO SABER

Em 2021, a ENEVA iniciou a fabricação da turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) direcionada a integrantes de projetos sociais, com foco na erradicação do analfabetismo. Os alunos receberam apoio logístico da Eneva e da Secretaria Municipal de Educação, que disponibilizou o material e os profissionais de educação. O projeto atende a associados da AMUQUEC e da APRAND, com atividades educacionais lúdicas e audiovisuais, trazendo temáticas pedagógicas voltadas à erradicação do analfabetismo na região.



REVOLUÇÃO DO SABER

### ELAS EMPREENDEDORAS

O Projeto tem como principal objetivo despertar e incentivar ações empreendedoras nas mulheres das comunidades das áreas de atuação da Eneva no Maranhão, Amazonas e Ceará, contando com 230 mil mulheres nessas regiões. Através da promoção do protagonismo e fortalecimento da figura da mulher, o projeto atende agricultoras e quebradeiras de coco dos estados em uma Companhia opera, contando com capacitações voltadas para o empreendedorismo, como temas administrativos, financeiros e plano de negócios. O projeto ainda atua em temáticas paralelas como empoderamento feminino, violência contra mulher, diversidade etc.



ELAS EMPREENDEDORAS

Também são realizadas capacitações em parceria com o Sesi Cozinha Empreendedora, transformando o saber culinário em geração de renda, com cursos e oficinas direcionadas à grande variedade de produção - geleias orgânicas artesanais, compotas, conservas, antipastos, pães, bolos, sucos e outros, seguindo todas as normas e procedimentos de qualidade, segurança e higiene. Para viabilizar o projeto, foi disponibilizado um espaço equipado com cozinha semi-industrial, impulsionando o primeiro momento e apoiando as próximas fases.



COZINHA SEMI INDUSTRIAL

### PROJETOS INCENTIVADOS

Com base em dedução fiscal, os projetos apoiados pela Eneva para acesso a benefícios federais possuem os seguintes recortes: educação, acesso à cultura e desenvolvimento local. Em 2021, os investimentos foram realizados por meio das Lei Rouanet, Incentivo ao Esporte, Fundos da Criança e Adolescente e Fundo do Idoso, somando R\$ 2,08 milhões em projetos nos estados do Maranhão, Ceará, Amazonas e Roraima.

### ARTE DE INCLUIR

Realizado no Ceará, o projeto é composto por apresentação musical com os alunos PD que participaram de cursos de teatro, canto e dança durante 3 meses. A iniciativa social foi realizada por meio da Lei Rouanet e atendeu jovens e adolescentes com síndrome de Down, que receberam aulas específicas e adaptadas para a construção do espetáculo. A ação promove acesso a modalidades artísticas como música, dança, canto, pintura, fotografia e outras, com duração de 10 meses, chegando a mais de 100 crianças e adolescentes da região.



ARTE DE INCLUIR

### Workshops Elaboração de Projetos Sociais

O Workshop em Elaboração de Projetos, nos estados de Roraima e Amazonas, foi realizado com lideranças comunitárias e representantes de instituições sociais. O encontro capacita e incentiva os participantes para a formalização de projetos, esclarecimentos sobre leis de incentivo, estruturação de associação e cooperativas e, por fim, parte prática com estruturação de drafts de iniciativas propostas pelos comunitários. O workshop chegou a 42 representantes/líderes que trabalham com educação, crianças e adolescentes, resíduos orgânicos, educação ambiental e outros. Eles ficaram aptos à captação de recursos públicos e privados para iniciarem ou darem andamento a seus projetos sociais.



TURMA FORMADA NA ÁREA DO AZULÃO

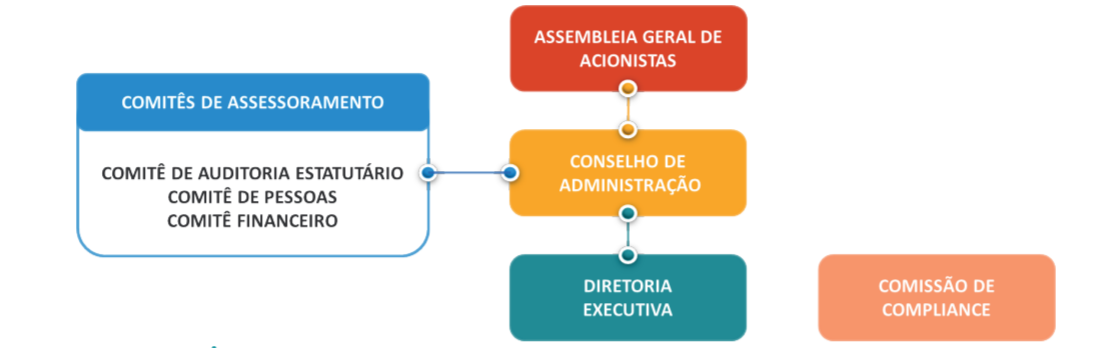
O objetivo dos workshops é garantir projetos habilitados a captações de recursos incentivados, como prioridade na região, aumentando as possibilidades de investimento direto nos territórios em que a Eneva atua.

### APOIO À PREVENÇÃO E COMBATE À COVID-19

**Em Roraima:** A Eneva contribuiu com o Sistema Público de Saúde de Roraima contratando um sistema de geração de oxigênio, para alimentação do Hospital Geral do Estado, bem como 50 cilindros de oxigênio para atender à população local. A doação ocorreu via programa Matchfunding Salvando Vidas do BNDES, operacionalizado pela Sitawi Finanças do Bem. O montante doado foi de R\$ 1,600 milhão, além de 2,025 testes de Covid-19. **Maranhão:** A Companhia doou, em 2021, 100 testes rápidos, 2.500 kits de higiene, 200 mil máscaras, 5.000 jalecos, 1.500 cestas básicas. Além do Projeto Costurando para o Bem, que doou R\$ 273 mil. Em São Luís, a Companhia realizou as seguintes doações: 20 colchões, 20 roupeiros, 50 mil máscaras, 100 kits de alimentação, 500 cestas básicas, 50 jalecos e 500 kits de higiene, seis tubos de aço com 20" (vinte polegadas) e 16" (dezesseis polegadas) para obras de drenagem no município de Pedreiras, que sofre com enchentes do Rio Meirim. Ademais, doou 725 testes de COVID-19 para o Hospital Regional de Pedreiras além de 1.500 cestas básicas para populações onde estão localizadas nossas operações e municípios com IDH extremamente baixo. As doações foram feitas com apoio da Federação dos Municípios do Maranhão, no valor de aproximadamente R\$ 78 mil. **Ceará:** A ENEVA doou 59 testes de COVID-19 para a Prefeitura de São Gonçalo do Amarante, além de 160 cestas básicas. **Amazonas:** Por meio da iniciativa UNIAO BR - Juntos pelo Amazonas, operacionalizada pelo Instituto Phi - Philantropia Inteligente, a ENEVA doou R\$ 100 mil para a aquisição de cinco miniusinas geradoras de O<sub>2</sub> no interior do Amazonas. A estratégia visou fortalecer o sistema nos municípios do interior, evitando a remoção de cascos moderados para Manaus. Dentre as empresas participantes se encontram AMBEV, Coca-Cola, Leroy Merlin, Americanas, Lojas Renner, Electrolux, SulAmérica, Natura, Casas Bahia, Claro, Google, Paypal, XP, Carrefour, Heineken, entre outras. **Itapiranga, Silves e Manaus:** A Companhia doou 95 mil máscaras, 1.900 kits de limpeza, 12 medidores de pressão e 6 caixas térmicas, 7 oxímetros, 8 termômetros infra, e 100 galões de água potável, 657 testes de Covid, 10 equipamentos concentradores estacionários de oxigênio, totalizando R\$ 112 mil, além do Projeto Costurando para o Bem, cujo valor de doação foi de R\$ 150 mil. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** A ética faz parte das decisões da ENEVA, norteando a realização dos nossos negócios e nossas relações com clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, entidades públicas e demais partes interessadas. A Companhia reconhece o valor das boas práticas de Governança Corporativa e se empenha, constantemente, em aprimorá-las, atuando ativamente na realização de reuniões com investidores, na manutenção de discussões junto aos seus stakeholders, no incentivo à participação de seus acionistas nas Assembleias Gerais e na implantação das mais avançadas técnicas de desenvolvimento sustentável em seus empreendimentos. A Companhia adota, ainda, as práticas de governança corporativa indicadas no Código Brasileiro de Governança Corporativa, além das regras previstas do Novo Mercado. **Estrutura de governança:** A estrutura de Governança Corporativa da ENEVA está pautada nos pilares de boas práticas que regulam as relações corporativas, suportam os controles internos e garantem uma atuação de conformidade e transparência nas tomadas de decisões. Este modelo representa a busca permanente pelo aprimoramento das práticas adotadas e, por consequência, a tratativa igualitária de seus acionistas.

zizando R\$ 112 mil, além do Projeto Costurando para o Bem, cujo valor de doação foi de R\$ 150 mil. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** A ética faz parte das decisões da ENEVA, norteando a realização dos nossos negócios e nossas relações com clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, entidades públicas e demais partes interessadas. A Companhia reconhece o valor das boas práticas de Governança Corporativa e se empenha, constantemente, em aprimorá-las, atuando ativamente na realização de reuniões com investidores, na manutenção de discussões junto aos seus stakeholders, no incentivo à participação de seus acionistas nas Assembleias Gerais e na implantação das mais avançadas técnicas de desenvolvimento sustentável em seus empreendimentos. A Companhia adota, ainda, as práticas de governança corporativa indicadas no Código Brasileiro de Governança Corporativa, além das regras previstas do Novo Mercado. **Estrutura de governança:** A estrutura de Governança Corporativa da ENEVA está pautada nos pilares de boas práticas que regulam as relações corporativas, suportam os controles internos e garantem uma atuação de conformidade e transparência nas tomadas de decisões. Este modelo representa a busca permanente pelo aprimoramento das práticas adotadas e, por consequência, a tratativa igualitária de seus acionistas.

A ENEVA conta, atualmente, com a seguinte estrutura de Governança Corporativa:



### CONSELHO E COMITÊS

**Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é composto por sete membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos independentes, com mandato de 1 ano, podendo ser reeleitos. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia era composto por:

Nome	Função
Jerson Kelman	Presidente do Conselho de Administração
Henri Philippe Reichstul	Vice-Presidente do Conselho e Coordenador do Comitê de Pessoas
Marcelo Pereira Lopes de Medeiros	Membro Independente do Conselho e do Comitê de Pessoas
Guilherme Bottura	Membro Independente do Conselho, do Comitê de Auditoria Estatutário e Coordenador do Comitê Financeiro
Felipe Gottlieb	Membro Independente do Conselho e do Comitê de Auditoria Estatutário e Financeiro
Renato Antonio Secondo Mazzola	Membro Independente do Conselho, dos Comitês de Auditoria Estatutário e Pessoas
Elena Landau	Membro Independente do Conselho

Compete ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Companhia, decisões sobre questões estratégicas, monitoramento dos planos de gestão de negócios executados pela Diretoria Executiva, de acordo com as competências estabelecidas no Estatuto Social, no seu regimento interno e na legislação em vigor. **Comitês de Assessoramento:** Para apoiar os processos de tomada de decisão, o Conselho conta com comitês especializados, funcionando simultaneamente ao Conselho, em caráter permanente ou temporário. Atualmente, a Companhia possui os seguintes comitês:

Comitê	Responsabilidades
Comitê de Auditoria Estatutário	Auditoria interna, Controles internos e de Compliance, Asseguração de transparência e integridade das informações financeiras públicas.
Comitê Financeiro	Orientação e auxílio às operações financeiras para garantir eficiência de processos e decisões.
Comitê de Pessoas	Orientação e auxílio em aspectos corporativos (remuneração, benefícios, fixação de metas anuais, planos de retenção, aprimoramento profissional, sucessão etc.).

### DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria da Companhia, em dezembro de 2021, era composta por oito membros, conforme figura a seguir:

Nome	Função
Pedro Zinner	Diretor Presidente - Estatutário
Lino Cançado	Diretor de Operações - Estatutário
Marcelo Habibe	Diretor de Finanças e RI - Estatutário
Marcelo Cruz	Diretor de Novos Negócios, Marketing e Comercialização - Estatutário
Thiago Freitas	Diretor Jurídico, Governança e Compliance
Damian Popolo	Diretor de Relações Externas
Renato Cintra	Diretor de Serviços Corporativos
Anita Baggio	Diretora de Gente, Performance, Esg, Hse, Responsabilidade Social, Comunicação & Cultura

Compete à Diretoria Executiva planejar e conduzir as operações da Companhia seguindo os limites estabelecidos por lei e pelo estatuto da Companhia.

### POLÍTICAS E REGIMENTOS

As Políticas e Regimentos da Companhia estabelecem as diretrizes e contidas a serem observadas para evitar que situações de corrupção ou de não conformidade ocorram nos negócios da Companhia, garantindo uma atuação de acordo com os princípios éticos e legislação aplicável. Os normativos são estabelecidos e revisados com apoio do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração e estão aderentes à legislação anticorrupção e às melhores práticas de integridade. Em 2021, a Companhia publicou a Política de Defesa Econômica, Políticas Corporativas e Regimentos da ENEVA em 2021, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, Preservação de Sigilo e de Negociação; Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração; Regimento Interno do Conselho de Administração; Regimento Interno do Comitê Financeiro; Regimento Interno do Comitê de Pessoas; Diretrizes e Procedimentos de Integridade; Diretriz de Conflito de Interesses; Diretriz de Relações com Terceiros; Diretriz de Interação com Poder Público; Diretriz de Brindes, Presentes e Hospitalidades; Diretriz de Igualdade, Oportunidade e Respeito; Diretriz de Gestão de Consequências; Procedimento de Investigações Internas de Relatos.

### CANAL DE DENÚNCIA

A ENEVA possui um canal de denúncias seguro, confidencial, externo e independente. As denúncias de infrações ao Código de Conduta da Companhia e à lei brasileira podem ser feitas nesse canal de forma anônima por colaboradores, prestadores de serviço e pela sociedade em geral. A Companhia orienta seus colaboradores a denunciar qualquer atitude que potencialmente esteja em desacordo com o Código de Conduta. Esta orientação é reforçada constantemente por meio dos treinamentos presenciais, cursos online, ações de comunicações internas sobre Compliance, ética, integridade e política para todos os colaboradores. Todos os relatos registrados no Canal de Denúncia são tratados e apurados, avaliados e discutidos pela área de Compliance e demais áreas previstas no Código de Conduta e Consequência. As aplicações de medidas disciplinares, quando cabíveis, são implementadas respeitando a razoabilidade e proporcionalidade. As apurações prezam pelo respeito à confidencialidade do denunciante, sendo assegurada a não retaliação. A apuração visa também observar os pontos de melhoria identificados a partir dos relatos recebidos, a fim de assegurar a melhoria contínua dos controles internos e demais elementos de Compliance, buscando, ainda, a identificação de melhorias relevantes para as demais áreas da Companhia, para que seja realizado trabalho de aconselhamento e suporte para as demais áreas. Ato de fraudes, improbidades e corrupção identificados no curso da apuração interna serão comunicados às autoridades competentes. O objetivo fim do canal de denúncia é prevenir, e quando não for possível, interromper a cadeia delitativa ou desvio de conformidade, visando promover um ambiente íntegro e ético para o público interno e externo, identificando, ainda, os pontos de aprimoramento, de forma a garantir a melhoria contínua dos controles internos e estrutura de Compliance.

### ATIVIDADES DE COMPLIANCE

A Companhia estruturou seu Programa de Integridade, coordenado pela área de Compliance, com atividades periodicamente reportadas à Diretoria Jurídica, de Governança, Compliance e Controles Internos, e apresentadas ao Comitê de Auditoria Interna, que por sua vez, reportam ao Conselho de Administração. O Programa assegura os mecanismos adequados para promover a conduta ética alinhada aos princípios e diretrizes da ENEVA. A Companhia está fortemente engajada em combater qualquer forma de corrupção, fraude, suborno, favorecimento, tráfico de influência, extorsão, lavagem de dinheiro e propina nas suas relações internas, com fornecedores, parceiros ou agentes públicos.

### GESTÃO DE RISCOS

O processo de gestão de riscos na ENEVA segue os princípios éticos da Companhia, seus valores e cultura, e apoia o plano de crescimento, o planejamento estratégico e a continuidade dos negócios. Ele visa reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos e na preservação do valor e perpetuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada de todos os riscos aos quais a Companhia está exposta. Seguindo as melhores práticas internacionais de gestão de riscos, a Companhia trabalha continuamente na identificação, avaliação, tratamento, monitoramento, comunicação e reporte dos riscos. Os riscos são classificados e priorizados de acordo com a Matriz de Riscos da Companhia, que contempla as diversas dimensões de impacto, incluindo a financeira, reputacional, de saúde e segurança, comunidades e meio ambiente, e fornece a visão consolidada dos riscos corporativos. Todos os órgãos de governança e liderança da Companhia são envolvidos no processo de gestão de riscos e têm o papel de disseminar suas diretrizes para os colaboradores, propiciando uma cultura de antecipação e de prevenção/

mitigação do risco. Em 2021, com o gradual reconhecimento dos riscos que as mudanças do clima representam para os negócios, a necessidade de incorporação dos riscos climáticos à matriz de risco corporativo se tornou clara e, assim, foi realizado o mapeamento de riscos climáticos, isto é, elaboração de matrizes de riscos físicos e de transição dos ativos da ENEVA. Os riscos identificados foram incorporados no processo de gerenciamento de risco, e para a mitigação deles foram elaborados controles e planos de ação. O trabalho contribuiu na identificação dos principais desafios que a ENEVA tem para aprimorar a gestão de mudança do clima. Em 2021, destaca-se também a revisão, por parte do Conselho de Administração da Companhia, do orçamento de risco das atividades de trading da Comercializadora.

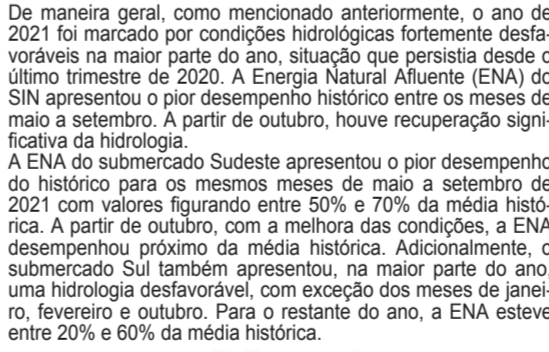
### CONTEXTO SETORIAL

**Introdução:** O ano de 2021 foi marcado pela retomada consolidada da demanda de energia elétrica após sofrer recuo considerável em 2020, devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19. A demanda apresentou crescimento de 3,9% em 2021, em comparação ao ano de 2020, contribuindo para a expectativa de um crescimento médio anual de 3,3% até 2026. Em relação a expansão da capacidade instalada, houve acréscimo de 4% a capacidade total do SIN, considerando todas as fontes de energia. A capacidade termelétrica também cresceu 4%, com destaque para as fontes eólicas e solares, que apresentaram 17% e 33% de crescimento, respectivamente. Com a retomada da demanda e da expectativa de crescimento da mesma, a agenda de leilões, que havia sido suspensa em 2020, foi retomada em 2021. Foram realizados leilões de Energia Nova, Energia Existente e de Reserva de Capacidade. Adicionalmente, outro fator relevante em 2021 foi a condição hidrológica desfavorável, que vigorou durante a maior parte do ano. Nesse aspecto, em alguns meses do ano, a Energia Natural Afluente (ENA) atingiu seu pior desempenho histórico, contribuindo para que o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) atingisse o teto regulatório, ao mesmo tempo que os reservatórios hidrelétricos atingiam níveis preocupantes. Diversas ações emergenciais foram planejadas para tentar mitigar os efeitos da escassez de chuvas, como manutenção de bandeiras tarifárias de valor elevado, mecanismos de curto prazo para aumento da oferta de energia termelétrica, campanhas de conscientização do consumo, flexibilização de restrições operativas de hidrelétricas e linhas de transmissão, antecipação das obras de geração e transmissão, dentre outros. Para as termelétricas, o impacto devido às condições hidrológicas desfavoráveis se deu principalmente sob a forma de despacho fora da ordem de mérito. O Operador Nacional do Sistema (ONS), em alguns momentos do ano, despachou todos os recursos termelétricos fora do mérito para manutenção dos níveis dos reservatórios, sob comando do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). A partir de outubro de 2021, foi observada uma reversão de tendência hidrológica, saindo de um período de escassez para alguns meses de realização de chuvas acima da média, que tem contribuído para a redução do PLD e recuperação gradual dos reservatórios hidrelétricos.

### SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL (SIN) - VISÃO GERAL

De maneira geral, como mencionado anteriormente, o ano de 2021 foi marcado por condições hidrológicas fortemente desfavoráveis na maior parte do ano, situação que persistia desde o último trimestre de 2020. A Energia Natural Afluente (ENA) do SIN apresentou o pior desempenho histórico entre os meses de maio a setembro. A partir de outubro, houve recuperação significativa da hidrológica. A ENA do submercado Sudeste apresentou o pior desempenho do histórico para os mesmos meses de maio a setembro de 2021 com valores figurando entre 50% e 70% da média histórica. A partir de outubro, com a melhora das condições, a ENA desempenhou próximo da média histórica. Adicionalmente, o submercado Sul também apresentou, na maior parte do ano, uma hidrológica desfavorável, com exceção dos meses de janeiro, fevereiro e outubro. Para o restante do ano, a ENA esteve entre 20% e 60% da média histórica.

### Energia Natural Afluente - Sudeste



### Energia Natural Afluente - Sul



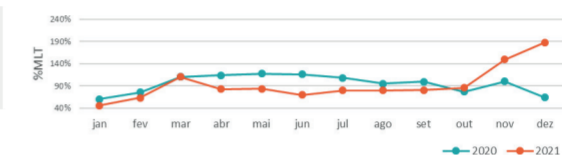
O submercado Nordeste apresentou a ENA com os valores entre 30% e 50% da média histórica. Essa situação se reverteu a partir de novembro e, em dezembro, a ENA superou a média histórica.

### Energia Natural Afluente - NE



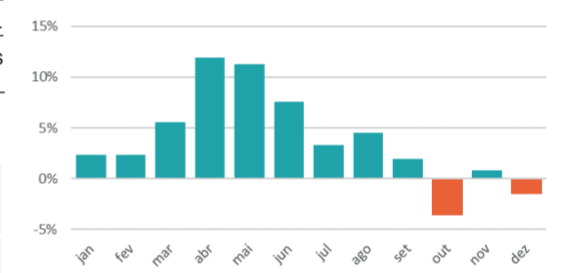
No submercado Norte, a escassez de chuvas também resultou em um cenário hidrológico desfavorável, com ENA em valores inferiores a 50% em janeiro de 2021. No entanto, seguindo a tendência de recuperação do SIN, a ENA do submercado apresentou valores consideravelmente acima da média histórica entre novembro e dezembro.

### Energia Natural Afluente - N



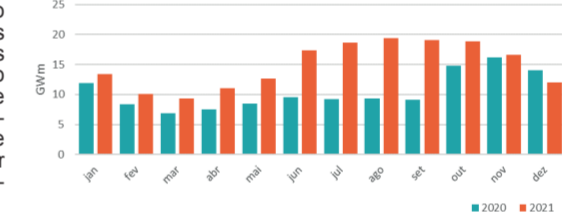
A carga de energia ao longo de 2021 apresentou crescimento de 3,9%, em relação a 2020, altamente impactada pela retomada da demanda de energia após as restrições provocadas pela pandemia da COVID-19, principalmente entre os meses de abril e junho. Entre os meses de outubro e dezembro de 2021, a carga de energia foi inferior ou próxima à verificada no mesmo período de 2020, principalmente em função de temperaturas mais baixas para esses meses, acompanhadas por melhora nas condições hidrológicas. Para o período de 2022 a 2025, estima-se que o consumo no sistema interligado nacional cresça a uma taxa média de 3,3% anuais.

### Variação da Carga de Energia do SIN 2020 vs 2021



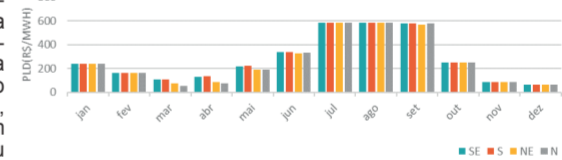
O despacho das termelétricas foi maior em praticamente todos os meses, comparativamente a 2020, principalmente por conta da escassez de chuvas e pela retomada da carga de energia. O despacho térmico ficou próximo ou abaixo de 2020 durante os meses de novembro e dezembro, devido a recuperação hidrológica.

### Despacho Térmico



De maneira geral, os valores dos PLDs, em 2021, foram menores nos primeiros meses do ano, entretanto, à medida que a condição hidrológica desfavorável permanecia, os reservatórios das hidrelétricas se esvaziaram cada vez mais, aumentando o risco de déficit de energia. Consequentemente, os PLDs sofreram aumentos a partir de junho, chegando ao valor do teto regulatório entre julho e setembro. A partir de outubro, dadas as melhoras das condições hidrológicas, houve queda acentuada do PLD, que chegou a estar próximo do piso regulatório em dezembro.

### PLD 2021



A agenda de leilões, que havia sido interrompida em 2020, foi retomada. Em abril ocorreu o segundo Leilão de Sistemas Isolados, com a finalidade de atender parte da demanda de energia dos estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Foram ofertados projetos cuja fonte era óleo diesel, biodiesel e gás natural. O preço médio de energia no leilão foi de 1.078,79R\$/MWh, para uma potência nominal de 127,75 MW. Em junho de 2021, foi realizado o 33º Leilão de Energia Nova (A-3) e o 34º Leilão de Energia Nova (A-4), com o objetivo de contratar novos empreendimentos de geração de fontes hidrelétrica, eólica, fotovoltaica e térmica biomassa. Foram contratados 151 MWm de potência, a um preço médio de 165,11R\$/MWh no A-3 e 174R\$/MWh no A-4. Em setembro de 2021, foi realizado o 35º Leilão de Energia Nova (A-5), com o intuito de contratar novos empreendimentos de geração de fontes hidrelétrica, eólica, solar fotovoltaica, e térmicas a biomassa, gás natural, carvão mineral nacional e resíduos sólidos urbanos





**ENEVA S.A.**  
CNPJ/MF: 04.423.567/0001-21

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020
<b>Ativo</b>										
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	7	602.142	275.334	992.290	1.384.933	25	1.449.877	780.855	5.124.441	3.243.309
Títulos e valores mobiliários	8	367.161	144.570	685.447	511.317	26	(476.600)	(251.163)	(3.181.706)	(1.745.379)
Contas a receber	9	1.718	1.413	718.835	700.964		<b>973.277</b>	<b>529.692</b>	<b>1.942.735</b>	<b>1.497.930</b>
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	5.1 (vi)	-	-	9.336	-					
Estoques	10	50.101	45.277	520.033	179.015					
Despesas antecipadas		10.053	7.042	42.955	29.411	26	(445.770)	(360.757)	(544.768)	(448.537)
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	11	77.090	22.039	134.021	73.022	26	14.918	29.695	194.595	76.144
Outros impostos a recuperar	11	13.575	6.949	30.629	19.846	12	665.557	554.852	(723)	(8.763)
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	21	39.999	62.192	-	-		<b>1.207.982</b>	<b>753.482</b>	<b>1.591.839</b>	<b>1.116.774</b>
Mútuos com partes relacionadas	21	216.046	186.692	-	-					
Operações comerciais com partes relacionadas	21	158.021	140.802	-	-					
Adiantamentos a fornecedores		3.196	2.171	48.248	23.070	27	217.645	150.691	151.885	192.058
Outros		2.507	2.229	7.707	8.824	27	(157.696)	(148.822)	(338.405)	(491.712)
		<b>1.541.609</b>	<b>896.710</b>	<b>3.189.501</b>	<b>2.930.402</b>		<b>1.267.931</b>	<b>755.351</b>	<b>1.405.319</b>	<b>817.120</b>
<b>Não circulante</b>										
<b>Realizável a longo prazo</b>										
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	5.1 (vi)	-	-	81.909	-	11	(72.286)	(434)	(105.886)	(33.858)
Operações comerciais com partes relacionadas	21	136.522	139.355	51	51	11	(22.345)	252.689	(126.141)	223.274
Mútuos com partes relacionadas	21	1.469.047	1.486.755	-	-		<b>1.173.300</b>	<b>1.007.606</b>	<b>1.173.292</b>	<b>1.006.536</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	11	531	531	6.251	6.233					
Outros impostos a recuperar	11	133.312	109.996	143.951	110.243					
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	11	480.797	503.142	767.633	865.059					
Outros		2.008	1.976	4.425	11.255					
		<b>2.222.217</b>	<b>2.241.755</b>	<b>1.004.220</b>	<b>992.841</b>					
<b>Investimentos</b>	12	6.495.729	6.287.200	9.532	9.633					
<b>Imobilizado</b>	13	3.033.986	2.413.979	12.727.223	10.946.675					
<b>Intangível</b>	14	910.979	898.610	1.314.079	1.338.545					
		<b>12.662.911</b>	<b>11.841.544</b>	<b>15.055.054</b>	<b>13.287.694</b>					
		<b>14.204.520</b>	<b>12.738.254</b>	<b>18.244.555</b>	<b>16.218.096</b>					
<b>Passivo</b>										
<b>Circulante</b>										
Fornecedores	15	152.861	44.523	604.909	492.456					
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	5.1 (vi)	-	-	7.676	-					
Empréstimos e financiamentos	17	15.595	15.613	77.795	19.193					
Debêntures	17	28.231	11.886	284.846	118.520					
Arrendamento	13 (b)	35.224	25.720	53.742	34.729		8.450	(3.329)	8.450	(3.329)
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	16	73.264	4.394	98.653	36.998		-	6.954	-	6.954
Outros impostos a recolher	16	39.077	41.612	54.443	67.086		<b>8.450</b>	<b>3.625</b>	<b>8.450</b>	<b>3.625</b>
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	3.211	2.391					
Obrigações sociais e trabalhistas		23.986	34.643	39.746	49.070					
Participações nos lucros		60.709	51.255	88.796	78.947		(820)	(2.391)	(820)	(2.391)
Contas a pagar - setor elétrico		-	-	14.110	12.455		<b>1.180.930</b>	<b>1.008.840</b>	<b>1.180.922</b>	<b>1.007.770</b>
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	25 (f)	-	-	49.984	82.603		-	-	(8)	(1.070)
Provisão - custo de ressarcimento	25 (g)	-	-	54.963	64.445		1.180.930	1.008.840	1.180.930	1.008.840
Outras obrigações		11	4.074	3.664	7.046					
		<b>428.958</b>	<b>233.720</b>	<b>1.436.538</b>	<b>1.065.939</b>					
<b>Não circulante</b>										
Fornecedores	15	54	2.338	29.831	44.382					
Valor justo dos contratos de energia	5.1 (vi)	-	-	46.146	-					
Empréstimos e financiamentos	17	49.222	64.605	1.709.342	1.311.099					
Debêntures	17	4.581.722	4.273.366	5.675.467	5.593.853					
Arrendamento	13 (b)	43.540	42.614	108.807	66.239		1.267.931	755.351	1.405.319	817.120
Operações comerciais com partes relacionadas	21	8.212	105.829	169	168					
Provisão para passivo a descoberto	12.5	4.307	4.298	-	-		212.873	153.968	608.837	482.150
Provisão para contingências	19	4.994	6.871	91.885	92.603					
Provisão de abandono	20	83.457	70.650	83.075	75.109		(665.557)	(554.852)	723	8.763
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	11	-	-	61.408	32.962		56.289	19.308	56.289	19.308
Outras obrigações		-	-	5.264	5.272		(1.728)	(17.302)	(171)	(25.692)
		<b>4.775.508</b>	<b>4.570.371</b>	<b>7.811.394</b>	<b>7.221.417</b>		-	-	(150.105)	(52.777)
		<b>5.204.466</b>	<b>4.804.091</b>	<b>9.247.932</b>	<b>8.287.356</b>		(75.094)	(15.319)	200.188	217.594
<b>Total do Passivo</b>										
<b>Patrimônio líquido</b>	22									
Capital social		8.894.086	8.848.409	8.894.086	8.848.409					
Ações em tesouraria		(84.642)	-	(84.642)	-		2.771	9.528	7.969	27.961
Reserva de capital		20.208	25.418	20.208	25.418		<b>797.485</b>	<b>350.682</b>	<b>2.098.665</b>	<b>1.518.135</b>
Reserva de incentivos fiscais		610.573	253.071	610.573	253.071					
Outros resultados abrangentes		18.405	10.775	18.405	10.775					
Prejuízos acumulados		(458.576)	(1.203.510)	(458.576)	(1.203.510)					
<b>Patrimônio líquido atribuído aos controladores</b>		<b>9.000.054</b>	<b>7.934.163</b>	<b>9.000.054</b>	<b>7.934.163</b>					
Participações de acionistas não controladores		-	-	(3.431)	(3.423)					
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>9.000.054</b>	<b>7.934.163</b>	<b>8.996.623</b>	<b>7.930.740</b>					
		<b>14.204.520</b>	<b>12.738.254</b>	<b>18.244.555</b>	<b>16.218.096</b>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Receitas</b>					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		1.690.990	888.327	5.636.882	3.545.106
Outras receitas		329	18.139	143.011	104.013
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>		<b>(230.463)</b>	<b>(234.225)</b>	<b>(2.218.966)</b>	<b>(1.222.831)</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(229.467)	(230.959)	(1.166.092)	(943.194)
Insumos de geração		-	-	(1.201.827)	(328.421)
Perda e recuperação de valores ativos		(996)	(3.266)	148.953	48.784
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>1.460.856</b>	<b>672.241</b>	<b>3.560.927</b>	<b>2.426.288</b>
Depreciação e amortização		(212.873)	(153.968)	(608.837)	(482.150)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>		<b>1.247.983</b>	<b>518.273</b>	<b>2.952.090</b>	<b>1.944.138</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>923.322</b>	<b>745.509</b>	<b>151.162</b>	<b>183.295</b>
Resultado de equivalência patrimonial		665.557	554.852	(723)	(8.763)
Receitas financeiras		161.123	109.654	148.492	186.864
Juros sobre operações de mútuos e debêntures		56.508	40.354	651	-
Serviços compartilhados		40.120	39.966	-	-
Outros		14	683	2.742	5.194
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>2.171.305</b>	<b>1.263.782</b>	<b>3.103.252</b>	<b>2.127.433</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>2.171.305</b>	<b>1.263.782</b>	<b>3.103.252</b>	<b>2.127.433</b>
<b>Pessoal</b>		<b>208.087</b>	<b>152.783</b>	<b>381.701</b>	<b>304.776</b>
Remuneração direta		139.442	87.621	269.195	202.162
Benefícios		60.795	59.901	97.212	91.963
FGTS e contribuições		7.850	5.261	15.294	10.651
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>637.273</b>	<b>(46.896)</b>	<b>1.207.838</b>	<b>311.640</b>
Federal		334.528	(139.143)	899.642	184.680
Estadual		86.461	25.688	42.299	28.679
Municipal		740	845	783	1.177
Taxas e contribuições		215.544	65.714	265.114	97.104
<b>Remuneração capital de terceiros</b>		<b>152.645</b>	<b>150.289</b>	<b>340.421</b>	<b>504.481</b>
Juros de empréstimos e debêntures		88.303	85.058	179.552	287.206
Outras despesas financeiras		42.327	41.226	66.885	74.942
Variação cambial e monetária		17.381	17.544	76.034	121.056
Aluguéis		7.449	6.285	24.649	19.323
Outros		(2.815)	176	(6.699)	1.954
<b>Remuneração de capital próprio</b>		<b>1.173.300</b>	<b>1.007.606</b>	<b>1.173.292</b>	<b>1.006.536</b>
Lucro líquido do exercício		1.173.300	1.007.606	1.173.300	1.007.606
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(8)	(1.070)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)										
	Capital Social Integralizado	Ações em Tesouraria	Reserva de Capital (Opções de Ações Outorgadas)	Reserva de Incentivos Fiscais	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Controladores	Total do Patrimônio Líquido Não Controladores	Participação dos Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	8.834.907	-	16.640	110.725	9.541	(2.068.379)	6.902.434	(2.353)	-	6.900.081
Aumento de capital	13.502	-	(13.502)	-	-	-	-	-	-	-
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	78.973	-	(79.364)	(391)	-	-	(391)



**ENEVA S.A.**

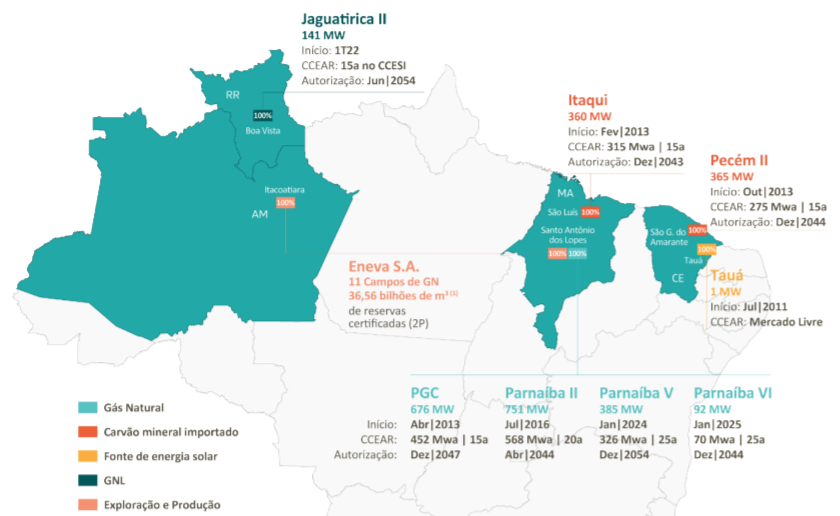
CNPJ/MF: 04.423.567/0001-21

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL\***

A Eneva S.A. (a "Companhia" ou "Eneva") é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "ENEV3", com sede no município e estado do Rio de Janeiro, que atua na geração e comercialização de energia elétrica e na exploração e produção (E&P) de gás natural, no Brasil. A Eneva tem um parque de geração térmica com 3,1 GW de capacidade contratada (70% operacional), sendo 2,3 GW a gás natural (76%) e 725 MW a carvão mineral (24%). É a segunda maior empresa em capacidade térmica do país, responsável por 9% da capacidade térmica a gás instalada nacional. A Eneva possui uma área exploratória total superior a 64 mil km<sup>2</sup> localizada na Bacia do Parnaíba, no estado do Maranhão, na Bacia do Amazonas e Solimões, no estado do Amazonas, e na Bacia do Paraná, localizada entre os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. Atualmente, a Companhia possui onze campos aptos a produzir, sendo dez declarados comerciais na Bacia do Parnaíba e um adquirido a partir de processo de cessão na Bacia do Amazonas. A Companhia também é concessionária da área de acumulação marginal de Jurua, na Bacia de Solimões. Desse, seis estão em produção, sendo cinco destinados totalmente ao abastecimento das termelétricas a gás natural localizadas no estado do Maranhão ("Complexo Parnaíba"), assumindo assim um compromisso de produção de 8,4 milhões de m<sup>3</sup>/dia; e um no Amazonas para abastecimento da termelétrica de Jaguaticara II, em Roraima.

**Empreendimentos**



(\* As informações operacionais referentes à capacidade instalada, à capacidade contratada, à produção e à área não são auditadas por auditor independente.

**1.1. Eventos significativos do exercício: Pandemia de COVID-19 - Contexto, iniciativas e impactos:** Desde as primeiras manifestações das autoridades públicas acerca da proliferação da COVID-19, mobilizamos de perto e adotamos de forma imediata a todos os protocolos recomendados, com foco tanto na segurança de nossas equipes, próprias e terceiras, quanto das comunidades do entorno das operações. Adicionalmente, clientes de nosso papel nas localidades de atuação, realizamos doações de materiais de higiene, de saúde e de proteção individual. Além dessas ações, a Companhia mantém a prática de home office para algumas funções administrativas e não operacionais e aplicação de testes rápidos em seus colaboradores. Além disso, continuamos acompanhando os potenciais impactos contábeis e financeiros, principalmente relacionados aos tópicos discutidos adiante: **(a) Receita e avaliação de perdas de créditos:** A Companhia permanece sem identificar impacto relevante decorrente da pandemia em suas receitas operacionais oriundas do segmento de geração de energia (térmicas a gás e térmicas a carvão) e no segmento de comercialização de energia, até o presente momento. Dessa forma, não foi identificada pela Companhia alteração na matriz de risco que impactasse o reconhecimento de receita, bem como a probabilidade de realização de recebíveis, conforme estabelecido no IFRS15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e no IFRS9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros. **(b) Avaliação de indicativo de impairment de ativos não financeiros e recuperabilidade de IRPJ e CSLL diferidos:** A Companhia realizou o acompanhamento das principais premissas operacionais e macroeconômicas, e não foi evidenciada perda de recuperabilidade de valor contábil nos ativos imobilizado e intangível (considerando a vida útil de cada usina) e para a recuperabilidade do ativo fiscal diferido. As premissas utilizadas para avaliação desses ativos não financeiros (imobilizado e intangível) e de recuperabilidade de IRPJ e CSLL diferidos, estão na nota explicativa nº 13 – "Imobilizado". **(c) Projetos em construção:** O projeto em construção Parnaíba V, com capacidade total instalada de 385MW, está previsto para iniciar sua operação no primeiro semestre de 2022. Inauguramos, no dia 27 de setembro de 2021, a Unidade de Tratamento de Gás (UTG) Azulão, que faz parte do projeto integrado Azulão-Jaguaticara e está localizada no município de SIlves, no interior do Amazonas. O gás produzido em Azulão é liquefeito e transportado em carretas com tanques criogênicos até Boa Vista (RR), onde abastece a usina termelétrica Jaguaticara II, com capacidade instalada de 141MW e que vai gerar energia suficiente para atender cerca de 70% do estado de Roraima. No primeiro trimestre de 2022, a termelétrica Jaguaticara II recebeu autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial de parte de suas unidades geradoras, conforme nota explicativa nº 30 – "Eventos subsequentes". **Operacional, Financeiro e Societário:** Ao longo do ano de 2021, diante da declaração de que o país passa pela pior crise hidrológica desde 1930 pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), observou-se o aumento da geração térmica. Em 2021, a curva de despacho foi de 72% (45% em 2020) da capacidade das usinas. Esse aumento no despacho gerou reflexos positivos nos resultados operacionais principalmente relacionados à receita variável no ambiente regulado ("ACR"). No mês de dezembro, a Companhia sagrou-se vencedora na comercialização do produto potência no Leilão de Reserva de Capacidade, de 2021, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com os seguintes empreendimentos: **UTE Parnaíba IV** – Firmou compromisso de venda de potência de 39 MW, pelo prazo de 15 anos, para entrega a partir de 1º de julho de 2026, assegurando receita fixa anual durante o período de suprimento de R\$ 32.083 mil, reajustada anualmente conforme a variação do IPCA. De acordo com o Contrato de Reserva de Capacidade para Potência - CRCAP, a receita fixa será paga pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que promoverá a cobrança e o recolhimento de Parnaíba V, com capacidade total instalada de 385MW, está previsto para iniciar sua operação no primeiro semestre de 2022. O Encargo de Potência para Reserva de Capacidade **UTE Azulão** – Firmou compromisso de venda de potência de 295 MW, também pelo prazo de 15 anos, para entrega a partir de 1º de julho de 2026, assegurando receita fixa anual durante o período de suprimento de R\$ 216.870 mil, reajustada anualmente conforme a variação do IPCA. O prazo de construção previsto da UTE Azulão é de até 36 (trinta e seis) meses, com início da implantação previsto para o segundo semestre de 2022. O investimento total estimado para a totalidade do projeto é de R\$ 1,3 bilhão, sendo aproximadamente 33% em moeda estrangeira. Este empreendimento está localizado em área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e é elegível ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI. Dadas as características do leilão de capacidade, onde comercializa apenas potência, as usinas ainda poderão comercializar sua energia no ambiente de contratação livre ou regulado ou operar na modalidade merchant, fazendo jus ao recebimento de receita adicional. **(d) Exploração e Produção (E&P) de gás natural:** Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia apresentou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a declaração de comercialização da acumulação Fortuna, descoberta no Bloco PN-T-102A, na Bacia do Parnaíba. A acumulação Fortuna recebeu a denominação de Campo Gavião Belo (GVBL), que é o décimo campo na Bacia do Parnaíba a ser declarado comercial. Em 29 de junho de 2021, foram assinados os contratos de concessão dos ativos adquiridos pela Companhia no segundo ciclo da Oferta Permanente da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), realizado no dia 04 de dezembro de 2020, no qual foram adquiridos: (i) Na Bacia do Amazonas, no estado do Amazonas, 100% de participação em três blocos terrestres AM-T-62, AM-T-64 e AM-T-65, sendo ofertado um Programa Exploratório Mínimo ("PEM") total de 11,414 Unidades de Trabalho ("UT"), a ser executado ao longo de 8 anos, na área total arrematada de 7.224 km<sup>2</sup>. O valor pago referente ao bônus de assinatura para esses blocos foi de R\$ 16,3 milhões. (ii) Na Bacia do Solimões, 100% de participação da área de Jurua ("Jurua"), situada a 725 km a sudoeste de Manaus (Amazonas) e a 110 km a oeste dos campos de gás e óleo de Uruçu. O valor pago referente ao bônus de assinatura ofertado por Jurua foi de R\$ 25,7 milhões. (iii) Na Bacia do Paraná, 70% de participação nos quatro blocos PAR-T-196, PAR-T-215, PAR-T-96, PART-99, em consórcio com a Enauta Energia S.A., que será operado pela Eneva. Esses blocos exploratórios estão localizados nos estados do Mato Grosso do Sul e de Goiás, com área de aproximadamente 11.544 km<sup>2</sup>. O PEM ofertado para 100% dos blocos foi de 7.548 UTs, a ser executado em até 6 anos, e o valor pago referente ao bônus de assinatura ofertado foi de R\$ 21,1 milhões. **(e) Financiamento:** A Companhia realizou a emissão de ações e **Comercialização** – liberação de R\$ 112 milhões de parcelas dos financiamentos junto ao BNB, principalmente para atender aos compromissos dos investimentos em andamento. **Azulão Geração de Energia** – liberação de R\$ 48 milhões junto ao BASA, reforçando o caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos em andamento e abertura de crédito fixo para Azulão Geração de Energia S.A., com utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, firmado em 15 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 286 milhões. **Parnaíba VI** – abertura de crédito fixo para Parnaíba II Geração de Energia S.A., com utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, firmado em 22 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 274 milhões. **Combinação de negócios:** Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou com a Focus Energia Holding Participações S.A. ("Focus"), acordo de combinação de negócios, por meio do qual estabelecemos uma parceria para o Campo V, Parnaíba V, Parnaíba VI, pela Eneva e a subscrição privada, pela Companhia, de debêntures não conversíveis de emissão da Focus. Os principais termos e condições encontram-se na nota explicativa nº 30 – "Eventos Subsequentes".

**Troféu Transparência:** Em agosto, a Eneva sagrou-se pela primeira vez, entre duas mil empresas, uma das vencedoras do "Troféu Transparência – Prêmio ANEFAC – FIPCAFI". O prêmio é concedido pela ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) com o objetivo de reconhecer as melhores práticas contábeis, avaliando a transparência, objetividade e relevância das informações prestadas ao mercado. Essa é uma premiação muito importante, pois reconhece o compromisso da Companhia com as melhores práticas de governança na divulgação das Demonstrações Financeiras.

**2. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES**

A Companhia busca uma atuação de excelência pautada por uma gestão responsável dos impactos que a sua atividade pode gerar na sociedade, no meio ambiente e nas comunidades do entorno de suas operações. Por meio de um sistema de controle de prazos e cumprimento de requisitos legais, é feita a gestão de mais de 100 licenças e autorizações ambientais, totalizando mais de 1.000 condicionantes distribuídas em unidades operacionais. Em 2021, a Companhia manteve todas as licenças necessárias para os ativos, tendo sido emitidas 99 licenças e autorizações de forma a garantir o fortalecimento e a expansão de suas atividades. Nesse período, destaca-se (i) a renovação de todas as licenças de operação do Complexo Parnaíba, (ii) 10 Licenças Prévia de Perfuração que permitiram o desenvolvimento da campanha de poços no Maranhão, (iii) mais 9 poços de água liquefiados, (iv) licença de instalação, (v) Licença de Instalação e (vi) Licença de Operação para Parnaíba V, Parnaíba VI, Parnaíba II, Parnaíba III e Licença de Operação para UTE Pecém II, (ix) Licenças de Operação para Jaguaticara II e Azulão, (x) licenças para perfuração de mais 4 poços exploratórios no Amazonas e (xii) Licença Prévia para UTE Azulão.

**3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e os pronunciamentos internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 4 – "Resumo das principais práticas e políticas contábeis". As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa nº 5 – "Estimativas e julgamentos contábeis críticos". A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de março de 2022 e pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2022. **Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP e CPC) e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os custos relativos às debêntures emitidas pela Eneva S.A. (3ª série), que têm por finalidade a construção do projeto Parnaíba V, estão registrados na conta de "investimento em controladas", em consonância com o parágrafo 8º, do CPC 43 – Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPCs 15 a 41. Nas demonstrações financeiras consolidadas, esses custos são apresentados na conta imobilizado. Desse modo, não existe diferença entre o patrimônio líquido individual da controladora e o patrimônio líquido consolidado. Além disso, os custos relativos a recompra de ações próprias, que visam a aquisição de ações de emissão da Eneva S.A. pela controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A., para fazer frente às obrigações dos planos de incentivo de remuneração de longo prazo baseado em ações. A recompra de ações pela Parnaíba II foi realizada devido a ausência de reservas de lucro e capital na Eneva S.A., conforme exigência da Lei 6.404 em seu artigo 30. Nas demonstrações financeiras individuais esses custos estão registrados no investimento e na demonstrações financeiras consolidadas, esses custos são apresentados no patrimônio líquido na conta de ações em tesouraria. **Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não re-

querem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Essa demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. **Mudanças nas práticas contábeis e divulgações:** A Companhia adotou as alterações ao CPC 06 (R2) – "Arrendamentos" e do CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" sobre definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2", a partir de 1º de janeiro de 2021, sem impactos relevantes. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, a partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação com o IASB	Impactos contábeis
<b>Revisão de pronunciamentos Técnicos nº 19</b>		
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) - Combinação de negócios, CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 - Ativo imobilizado, CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 - Instrumentos financeiros.	Annual Improvements to IFRS Standards 2018-2020; Property, Plant and Equipment; Proceeds before Intended Use; Onerous contracts - Costs of Fulfilling a contract; and Reference to the Conceptual Framework	Sem impactos relevantes
<b>Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado — Recursos antes do uso pretendido</b>	IAS 16	As receitas de teste serão registradas no resultado da Companhia, a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos não são relevantes.

**4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**4.1. Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isso é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e daquelas empresas onde a Companhia detém o controle (diretamente e indiretamente), conforme detalhadas na nota explicativa nº 12 "Investimentos". As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) das quais a Companhia detém o controle. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de exercer o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos, inclusive os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios, são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na medida de acordo com a parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **(b) Transações com participações de acionistas não controladores:** Os investimentos detidos por outros investidores nas controladas da Eneva são classificados como "participações de acionistas não controladores". Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. **(c) Empreendimentos controlados em conjunto:** Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Esses investimentos são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, os passivos, as receitas e as despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os investimentos em *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações patrimoniais é reconhecida na demonstração da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenham incorrido obrigações ou pagamentos em nome controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e as controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das *joint ventures* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **4.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas ligadas à Companhia são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia e suas controladas, exceto a controlada Parnaíba BV, conforme mencionado no item (c). **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como *hedge accounting*, que são reconhecidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com operações comerciais, empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros ativos e passivos em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado do balanço patrimonial. **(c) Empresa com moeda funcional diferente:** Os resultados e a posição financeira da controlada Parnaíba BV, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em um componente separado do patrimônio líquido e da Demonstração do Resultado. **4.3 Participação em operações no exterior:** A participação em operações no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda. Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda. **4.3 Participação nos resultados:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados de funcionários e diretores com base em metas corporativas estabelecidas através do plano de desenvolvimento e crescimento da Companhia. A participação nos resultados é composta por avaliações de metas de todos os colaboradores e da Diretoria. **4.4 Provisão para contingências:** A Companhia reconhece provisões para contingências legais ou não formalizadas, resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação, e dessa mesma obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida como despesa financeira. As demais práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

**5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5.1 Estimativas: 5.1.1 Incertezas sobre premissas e estimativas:** (i) **Nota explicativa nº 18 – "Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos"** – Ativos e passivos financeiros por meio de derivativos e expectativa sobre o mercado de commodities. (ii) **Nota explicativa nº 14 – "Intangível"** – As reservas de gás natural são calculadas tendo por base informações econômicas, geológicas e de engenharia, com o uso de preços de poço e dados de pressão, dentre outros. (iii) **Nota explicativa nº 11 – "Impostos a recuperar e diferidos"** – Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos – Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os adotados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 13 a 14 anos. (v) **Nota explicativa nº 20 – "Provisão para obrigação de abandono"** – Impacto das reservas de gás natural nas estimativas de custos com obrigações de desmantelamento de áreas – a estimativa do momento de realização dos custos com obrigações de desmantelamento de áreas é baseada no prazo de exaustão das reservas de gás natural em cada campo e na taxa de depleção (prazo para o suprimento) associado. As curvas de preços de mercado utilizadas para a marcação a mercado refletem o valor de saída das posições de energia, e baseiam-se em referências de preços de mercado independentes e na visão interna da empresa. **5.2 Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (i) **Nota explicativa nº 19 – "Provisão para contingências"** – Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas, administrativos e regulatórios, por meio da análise da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

**6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

Um segmento de negócio é um componente identificável da Companhia, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos demais segmentos de negócio. A Administração da Companhia gerencia seus empreendimentos com base em cinco segmentos de negócios principais, sendo: (i) térmicas a gás, (ii) térmicas a carvão, (iii) geração de energia e (iv) comercialização de energia e outros. As atividades de cada segmento têm seu desempenho avaliado pela Diretoria Executiva da Companhia e refletem a estrutura do modelo de negócio adotado. Cabe destacar que as operações entre a Companhia e suas controladas, bem como as operações entre as controladas, são integralmente eliminadas para a apresentação dos saldos por segmento. Segue abaixo a descrição dos segmentos: **i. Térmicas a gás:** Fazem parte desse segmento as controladas Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização S.A., compoando o Complexo do Parnaíba, no Maranhão. O referido complexo possui capacidade total instalada de, aproximadamente, 1,4 GW e terá a capacidade de 2,0 GW a partir da conclusão das obras de fechamento de ciclo, conhecido como projeto Parnaíba V, com previsão de conclusão no semestre de 2022 e projeto de Parnaíba VI que tem como objetivo a expansão da usina termelétrica UTE IMC2 Nova Venécia 2 ("Parnaíba VI"), com capacidade instalada nominal de 92,3 MW, com conclusão prevista para o 2º semestre de 2024. Todo o complexo está conectado ao Subsistema Norte de geração e transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN). Adicionalmente, o segmento de geração térmica a gás conta com o projeto Azulão-Jaguaticara, com capacidade instalada de 141 MW, em implantação na cidade de Boa Vista, estado de Roraima. No primeiro trimestre de 2022, a termelétrica Jaguaticara II recebeu autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial de parte de suas unidades geradoras, conforme nota explicativa nº 30 – "Eventos subsequentes". **ii. Upstream:** Nesse segmento, a Companhia opera 11 campos de gás natural nas Bacias do Parnaíba e Amazonas e, adicionalmente, possui contratos de concessão para exploração e produção (E&P) de hidrocarbonetos em mais de 64.000 km<sup>2</sup>. A Companhia possui compromissos de produção de 9 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural por dia, sendo 8,4 milhões m<sup>3</sup> destinados ao abastecimento do Complexo do Parnaíba e 0,6 milhões de m<sup>3</sup> destinados ao abastecimento da UTE Jaguaticara II, consolidando o modelo *Reservoir-to-Wire* ("R2W"), implementado de forma pioneira no país. Esse segmento é composto pelas Companhias Eneva S.A. e Parnaíba B.V. **iii. Térmicas a carvão:** Esse segmento é composto pelas controladas Itaqui Geração de Energia S.A., que possui capacidade instalada de 360 MW, localizada no estado do Maranhão, conectada ao Subsistema Norte, e Pecém II Geração de Energia S.A., com capacidade instalada de 365 MW, localizada no estado do Ceará, conectada ao Subsistema Nordeste. Ambas com transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN). **iv. Comercialização de Energia:** Nesse segmento, ocorre a comercialização de contratos de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), obrigatoriamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por intermédio da controlada indireta Eneva Comercializadora de Energia Ltda. **v. Holding e Outros:** Esse segmento é composto pela Eneva Participações S.A., além das empresas mantidas para o desenvolvimento de projetos. A seguir são apresentados, por segmento, o balanço patrimonial e as demonstrações de resultados na data base de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(\* As informações referentes à capacidade instalada, citadas nos itens "i" e "iii", aos blocos exploratórios e campos, citados no item "ii" não são auditadas pelos auditores independentes das demonstrações financeiras.

**Contas patrimoniais 31/12/2021:**

Térmicas a Gás	Térmicas a Carvão	Subtotal	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Total do Consolidado
6.971.058	5.012.849	11.983.907	184.003	326.409	18.244.555
872.628	1.081.749	1.954.377	67.693	70.428	3.189.501
257.176	100.389	357.565	6.485	24.088	992.290
365.504	368.302	733.806	39.397	281	715.835
36.668	433.253	469.921	21	1	520.033
212.200	237.252	449.452	21.811	46.048	958.343
6.098.430	3.931.100	10.029.530	255.981	(1.649.925)	15.055.654
16.171	237.965	254.136	32.663	43	767.633
6.060.469	3.663.654	9.724.123	153	126.539	14.041.302
21.770	9.481	31.251	9.481	29.399	83.246.119
6.971.058	5.012.849	11.983.907	184.003	326.409	18.244.555
931.494	663.410	1.594.904	35.649	7.988	1.436.538



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://portal.legal.monitormercantil.com.br>



**ENEVA S.A.**  
CNPJ/MF: 04.423.567/0001-21

	Geração a Gás Natural			Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão			Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações		Térmicas a Carvão	Eliminações	Consolidado					
Empréstimos	62.200	15.595	-	77.795	-	-	-	-	-	-	-	77.795
Debêntures	256.615	28.231	-	284.846	-	-	-	-	-	-	-	284.846
Outros passivos	6.122.679	430.586	(240.508)	802.757	663.410	106	663.516	35.649	7.988	(436.013)	-	1.073.897
<b>Não circulante</b>	<b>2.923.139</b>	<b>4.724.640</b>	<b>(109.507)</b>	<b>7.538.272</b>	<b>1.552.885</b>	<b>(106)</b>	<b>1.552.779</b>	<b>62.202</b>	<b>160.530</b>	<b>(1.502.389)</b>	-	<b>7.811.394</b>
Empréstimos	1.868.119	48.223	-	1.709.342	-	-	-	-	-	-	-	1.709.342
Debêntures	1.093.746	4.581.721	-	5.675.467	-	-	-	-	-	-	-	5.675.467
Outros passivos	169.274	93.696	(109.507)	153.463	1.552.885	(106)	1.552.779	62.202	160.530	(1.502.389)	-	426.585
<b>Acionistas não controladores</b>	<b>3.116.425</b>	<b>2.839.599</b>	<b>-</b>	<b>5.956.024</b>	<b>2.796.554</b>	<b>-</b>	<b>2.796.554</b>	<b>86.152</b>	<b>161.322</b>	<b>(3.431)</b>	<b>2</b>	<b>9.000.054</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Contas patrimoniais 31/12/2020:</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Geração a Gás Natural			Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão			Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações		Térmicas a Carvão	Eliminações	Consolidado					
<b>Total do ativo</b>	<b>6.603.693</b>	<b>6.117.417</b>	<b>(468.634)</b>	<b>12.252.476</b>	<b>4.698.796</b>	<b>(2.954)</b>	<b>4.695.842</b>	<b>155.985</b>	<b>833.036</b>	<b>(1.719.243)</b>	-	<b>16.218.096</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.535.381</b>	<b>994.754</b>	<b>(300.994)</b>	<b>2.229.141</b>	<b>722.828</b>	<b>-</b>	<b>722.828</b>	<b>102.133</b>	<b>73.753</b>	<b>(197.453)</b>	-	<b>2.930.402</b>
Caixa e equivalentes	918.719	275.380	-	1.194.099	170.994	-	170.994	9.638	10.202	-	-	1.384.933
Contas a receber	415.149	99.741	(97.999)	416.891	248.329	-	248.329	35.744	-	-	-	700.964
Estoque	25.227	45.277	-	70.504	108.501	-	108.501	-	10	-	-	179.015
Outros ativos	178.286	574.356	(202.995)	547.647	195.004	-	195.004	56.751	63.541	(197.453)	-	665.490
<b>Não circulante</b>	<b>5.068.312</b>	<b>5.122.663</b>	<b>(167.640)</b>	<b>10.023.335</b>	<b>3.975.968</b>	<b>(2.954)</b>	<b>3.973.014</b>	<b>53.852</b>	<b>759.283</b>	<b>(1.521.790)</b>	-	<b>13.287.694</b>
IR e CS Diferido	24.092	503.142	-	527.234	294.190	-	294.190	43.599	36	-	-	865.059
Imobilizado e intangível	5.003.927	2.901.954	-	7.905.881	3.669.441	-	3.669.441	198	111.697	598.003	-	12.285.220
Outros ativos	40.293	1.717.567	(167.640)	1.590.220	12.337	(2.954)	9.383	10.055	647.550	(2.119.793)	-	137.415
<b>Total do passivo</b>	<b>6.603.693</b>	<b>6.117.417</b>	<b>(468.634)</b>	<b>12.252.476</b>	<b>4.698.796</b>	<b>(2.954)</b>	<b>4.695.842</b>	<b>155.985</b>	<b>833.036</b>	<b>(1.719.243)</b>	-	<b>16.218.096</b>
<b>Circulante</b>	<b>804.714</b>	<b>332.106</b>	<b>(358.597)</b>	<b>778.223</b>	<b>443.342</b>	<b>(497)</b>	<b>442.845</b>	<b>40.271</b>	<b>9.737</b>	<b>(205.137)</b>	-	<b>1.065.939</b>
Empréstimos	3.580	15.613	-	19.193	-	-	-	-	-	-	-	19.193
Debêntures	106.634	11.886	-	118.520	-	-	-	-	-	-	-	118.520
Outros passivos	694.500	304.607	(358.597)	640.510	443.342	(497)	442.845	40.271	9.737	(205.137)	-	928.226
<b>Não circulante</b>	<b>2.669.600</b>	<b>4.472.445</b>	<b>(110.037)</b>	<b>7.032.008</b>	<b>1.558.610</b>	<b>(2.457)</b>	<b>1.556.153</b>	<b>3.498</b>	<b>143.864</b>	<b>(1.514.106)</b>	-	<b>7.221.417</b>
Empréstimos	1.246.493	64.606	-	1.311.099	-	-	-	-	-	-	-	1.311.099
Debêntures	1.320.498	4.273.365	-	5.593.853	-	-	-	-	-	-	-	5.593.853
Outros passivos	102.619	134.474	(110.037)	127.056	1.558.610	(2.457)	1.556.153	3.498	143.864	(1.514.106)	-	316.468
<b>Acionistas não controladores</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>3.129.379</b>	<b>1.312.866</b>	<b>-</b>	<b>4.442.245</b>	<b>2.696.844</b>	<b>-</b>	<b>2.696.844</b>	<b>112.216</b>	<b>682.858</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.934.163</b>

	Geração a Gás Natural			Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão			Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações		Térmicas a Carvão	Eliminações	Consolidado					
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Receita operacional líquida	2.699.123	1.449.877	(1.378.076)	2.770.924	2.061.453	-	2.061.453	550.194	700	(258.830)	-	5.124.441
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(2.278.288)	(476.600)	1.378.076	(1.376.812)	(1.557.191)	-	(1.557.191)	(504.780)	(1.753)	258.830	-	(3.181.706)
Despesas operacionais	(42.840)	(354.131)	-	(396.971)	(24.879)	-	(24.879)	(10.301)	(6.387)	(13.692)	-	(452.230)
Outros resultados operacionais	20.678	14.896	-	35.574	159.243	-	159.243	-	(443)	221	-	194.595
Despesas com exploração e poço seco	-	(92.538)	-	(92.538)	-	-	-	-	-	-	-	(92.538)
Equivalência patrimonial	-	665.715	(218.058)	447.657	170.560	(170.560)	-	-	43.331	(491.711)	-	(723)
Receita financeira	44.410	217.711	-	262.121	53.167	-	53.167	1.199	2.972	(167.574)	-	151.885
Despesa financeira	(144.685)	(157.696)	-	(302.381)	(203.865)	-	(203.865)	(121)	(121)	168.210	-	(338.405)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(53.007)	(94.630)	-	(147.637)	(72.030)	-	(72.030)	(12.257)	(103)	-	-	(232.027)
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>245.391</b>	<b>1.172.604</b>	<b>(218.058)</b>	<b>1.199.937</b>	<b>586.458</b>	<b>(170.560)</b>	<b>415.898</b>	<b>23.934</b>	<b>38.069</b>	<b>(504.546)</b>	-	<b>1.173.292</b>
Atribuído a sócios da empresa controladora	245.391	1.172.604	(218.058)	1.199.937	586.458	(170.560)	415.898	23.934	38.069	(504.538)	-	1.173.300
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)	-	(8)

	Geração a Gás Natural			Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão			Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações		Térmicas a Carvão	Eliminações	Consolidado					
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Receita operacional líquida	1.819.668	791.720	(728.265)	1.883.123	1.173.926	-	1.173.926	489.655	282	(303.677)	-	3.243.309
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(1.268.805)	(251.163)	723.805	(796.163)	(803.449)	-	(803.449)	(447.808)	(1.636)	303.677	-	(1.745.379)
Despesas operacionais	(26.004)	(241.822)	-	(267.826)	(24.206)	-	(24.206)	(7.300)	(6.385)	(13.692)	-	(319.389)
Outros resultados operacionais	(20.944)	37.550	-	16.606	60.940	-	60.940	11	(1.999)	586	-	76.144
Despesas com exploração e poço seco	-	(129.148)	-	(129.148)	-	-	-	-	-	-	-	(129.148)
Equivalência patrimonial	-	555.965	(252.567)	303.398	47.275	(47.400)	(125)	-	130.705	(442.741)	-	(8.763)
Receita financeira	17.529	70.641	(3.106)	85.064	144.516	-	144.516	1.475	1.580	(40.577)	-	192.058
Despesa financeira	(112.278)	(71.737)	7.566	(176.449)	(351.904)	-	(351.904)	(3.656)	(280)	40.577	-	(491.712)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(73.017)	252.256	-	179.239	(2.750)	-	(2.750)	13.248	(321)	-	-	189.416
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>336.149</b>	<b>1.014.262</b>	<b>(252.567)</b>	<b>1.097.844</b>	<b>244.348</b>	<b>(47.400)</b>	<b>196.948</b>	<b>45.625</b>	<b>121.966</b>	<b>(455.847)</b>	-	<b>1.006.536</b>
Atribuído a sócios da empresa controladora	336.149	1.014.262	(252.567)	1.097.844	244.348	(47.400)	196.948	45.625	121.966	(454.777)	-	1.007.071
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.070)	-	(1.070)

	2021			2020		
	Receita Bruta Total do Segmento (a)	Receita Bruta Intercompany *	Receita Bruta Clientes	Receita Bruta Total do Segmento	Receita Bruta Intercompany *	Receita Bruta Clientes
Térmicas a gás	3.011.650	233.989	2.777.661	2.023.781	76.129	1.947.652
Upstream	1.690.990	1.675.001	15.989	888.327	884.175	4.152
Carvão	2.309.381	-	2.309.381	1.322.023	-	1.322.023
Comercializadora de energia	603.127	51.223	551.904	539.565	258.501	281.064
Holding e outros	787	-	787	312	-	312
<b>Total</b>	<b>7.615.935</b>	<b>1.960.213</b>	<b>5.655.722</b>	<b>4.714.008</b>	<b>1.218.805</b>	<b>3.555.203</b>

\* Receita eliminada para fins de apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas.  
**(a) Análise da receita bruta total do segmento - por categoria**

	2021			2020		
	Fixa Disponibilidade	Variável	Total	Fixa Disponibilidade	Variável	Total
Térmicas a gás (a)	1.356.466	1.070.638	2.427.104	2.023.781	76.129	2.100.910
Upstream (a)	884.089	1.364.640	2.248.729	291.773	594.407	886.180
Carvão	-	603.127	603.127	-	-	603.127
Comercializadora de energia (b)	-	-	787	-	-	787
Holding e outros	-	-	312	-	-	312
<b>Total</b>	<b>2.240.555</b>	<b>2.435.178</b>	<b>4.675.733</b>	<b>2.917.773</b>	<b>594.407</b>	<b>3.512.180</b>

**8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**  
**Prática contábil:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo.

	2021		2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa e bancos	6.149	3.419	15.446	43.382
Fundos de investimentos	7.437	13.760	187.280	82.977
CDBs	588.556	258.155	789.584	1.258.574
<b>Total</b>	<b>602.142</b>	<b>275.334</b>	<b>992.290</b>	<b>1.384.933</b>

**9. CONTAS A RECEBER**  
**Prática contábil:** As contas a receber de clientes da Companhia correspondem aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das suas atividades. Inicialmente, o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE).

	2021		2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contr				



**ENEVA S.A.**  
CNPJ/MF: 04.423.567/0001-21

**(a) Composição dos tributos diferidos por natureza (ativos e passivos):**

	2021	2020
<b>Prejuízo Fiscal Base Negativa</b>	<b>832.283</b>	<b>928.283</b>
<b>Ativos avaliados a Valor Justo</b>	<b>79.082</b>	<b>79.082</b>
<b>Diferenças Temporárias:</b>		
Provisões ativas	87.382	83.142
Gastos pré-operacionais – inclusive RTT *	57.150	58.912
Depreciação acelerada	(91.276)	(159.027)
Ganho por compra vantajosa	(90.851)	(98.262)
Mais-valia de ativos	(24.845)	(27.040)
Ajuste a valor justo	(30.493)	(30.493)
Provisões passivas	(12.725)	(2.230)
<b>Total das diferenças temporárias</b>	<b>(205.758)</b>	<b>(174.998)</b>
<b>Ativo diferido</b>	<b>1.056.515</b>	<b>1.149.419</b>
<b>Passivo diferido</b>	<b>(350.290)</b>	<b>(317.052)</b>
<b>Diferido Líquido</b>	<b>706.225</b>	<b>832.367</b>

\* Constituídos sobre saldo de gastos pré-operacionais que, por conta do Regime Tributário de Transição, passaram a ser controlados na Parte B do Lalur e, consequentemente, estão sendo excluídos para fins de determinação do lucro real, desde o início das operações, em quotas fixas mensais e no prazo máximo de 10 anos.

**(b) Montante constituído de ativo diferido baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros: Expectativa de realização anual dos impostos diferidos\***



\* A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 12 a 13 anos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (aliquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (aliquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL	1.267.931	755.351	1.405.319	817.120
Alíquota nominal – %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(431.097)	(256.819)	(477.808)	(277.821)
Resultado de equivalência patrimonial	230.998	193.683	(246)	(8.791)
Subvenção para investimento – ICMS	83.432	21.547	83.432	21.547
Outras diferenças permanentes	(11.151)	39.943	(15.186)	33.346
Ativo fiscal não constituído	6.118	26.140	9.990	77.164
Reversão de impairment	-	-	51.036	17.944
Redução benefício SUDENE e PAT	(27.069)	11.866	116.755	60.851
Constituição do diferido	-	215.895	-	259.284
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(94.631)	252.255	(232.027)	189.416
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	(72.286)	(434)	(105.886)	(33.858)
IRPJ e CSLL diferidos	(22.345)	252.689	(126.141)	223.274
<b>Total</b>	<b>(94.631)</b>	<b>252.255</b>	<b>(232.027)</b>	<b>189.416</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>7,46%</b>	<b>(33,40%)</b>	<b>16,51%</b>	<b>(23,18%)</b>

a. Subvenção para investimento referente a incentivo fiscal no estado do Maranhão, concedido pela Lei nº 9.463/2011, que consiste em crédito presumido de ICMS nas saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica movida a esse combustível. b. Referem-se às adições/exclusões de impostos da apuração de IRPJ/CSLL, tais como exercício de Stock options e respectivos encargos. c. Refere-se à parcela de impostos diferidos de controladas que não foram registrados devido à incerteza quanto à sua recuperação. d. O valor mais relevante se refere ao benefício fiscal regional concedido pela Sudene, que resulta em redução de até 75% do IRPJ, no período de 10 anos. e. A variação da despesa corrente no exercício foi gerada, substancialmente, pelo aumento de despacho em função da crise hídrica, que impactou o lucro tributável, com consequente aumento do IRPJ/CSLL. Em relação ao diferido, em 2020 houve complemento de constituição do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. Em 2021, está ocorrendo a realização do referido ativo diferido em função da compensação dos prejuízos fiscais.

**12. INVESTIMENTOS**

**12.1 Composição dos saldos**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Participações societárias	6.433.677	6.267.315	9.532	9.633
Adiantamento para futuro aumento de capital	61.852	19.885	-	-
<b>6.495.529</b>	<b>6.287.200</b>	<b>9.532</b>	<b>9.633</b>	

**12.2 Mutação do Investimento - valor patrimonial**

Investimentos	Saldo em 2020	Transferência de Participação/Passivo a Descoberto	Integralização/Redução de Capital	AFAC	Equivalência	Amortização	Juros PGC	Hedge Accounting	Dividendos	Aquisição/Baixa de Investimento	Ações em Tesouraria	Ajuste de Avaliação Patrimonial/Reserva de Capital	Saldo em
													2021
Azulão Geração de Energia S.A.	1.018.523	-	(97.250)	60.906	(16.829)	-	-	-	-	-	-	-	965.450
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia	667.750	399.187	-	-	167.249	-	83.944	1.199	(10.913)	-	-	-	1.305.416
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	1.014.444	132.165	2.000	-	73.388	-	-	(3.182)	(149.496)	-	(83.394)	10.892	996.817
Parnaíba B.V.	98.553	-	490	-	(834)	-	-	-	(103.120)	-	-	8.450	3.539
Itaipu Geração de Energia S.A.	1.639.550	-	-	-	245.276	-	-	-	(120.000)	-	-	-	1.764.826
Pecém II Participações S.A.	1.057.385	-	(19.008)	(216)	170.622	-	-	-	(22.187)	-	-	-	1.186.596
Eneva Participações S.A.	755.749	(531.352)	333.592	(376.986)	40.632	-	-	1.164	-	-	-	5.563	228.362
Nossa Senhora de Fátima	4.987	-	-	-	2	-	-	-	-	12.334	-	-	12.336
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	3.500	-	-	-	398	-	-	-	(1)	-	-	-	5.384
Pecém Oper. e Manutenção de Ger. Elétrica S.A.	1.136	-	-	-	257	-	-	-	-	-	-	-	3.757
Centrais Termelétrica São Marco S.A.	9	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-	-	391
MABE Construção e Administração de Projeto	6.141	(150)	609	(445)	(7)	-	-	-	-	-	-	-	6.148
Outros	6.267.827	(150)	220.433	(316.741)	679.409	-	83.944	(819)	(405.717)	12.325	(83.394)	24.905	6.482.022
<b>Mais valia e menos valia de ativos</b>	<b>10.014</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(465)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.549</b>
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia	(153.064)	-	-	-	(6.453)	-	-	-	-	-	-	-	(159.520)
Pecém II Participações S.A.	(143.050)	-	-	-	(6.921)	-	-	-	-	-	-	-	(149.971)
<b>Valor justo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.027</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.027</b>
Nossa Senhora de Fátima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.027	-	-	8.027
<b>Direito de uso</b>	<b>33.861</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.455)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>29.406</b>
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	11.594	-	-	-	(511)	-	-	-	-	-	-	-	11.083
Itaipu Geração de Energia S.A.	116.968	-	-	-	(1.806)	-	-	-	-	-	-	-	115.162
Eneva Participações S.A.	162.423	-	-	-	(6.772)	-	-	-	-	-	-	-	155.651
<b>Total investimentos</b>	<b>6.287.200</b>	<b>(150)</b>	<b>220.433</b>	<b>(316.741)</b>	<b>679.409</b>	<b>(13.693)</b>	<b>83.944</b>	<b>(819)</b>	<b>(405.717)</b>	<b>20.352</b>	<b>(83.394)</b>	<b>24.905</b>	<b>6.495.529</b>

**12.3 Composição do resultado de equivalência patrimonial:**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado de equivalência patrimonial sobre os investimentos	679.409	569.657	679.409	569.657
Resultado de equivalência patrimonial sobre os passivos a descoberto	(153.064)	(153.064)	(153.064)	(153.064)
Amortização de ativos avaliados a valor justo	665.557	554.852	665.557	554.852

**12.4 Composição da participação de acionistas não controladores:** A seguir, a composição da participação de acionistas não controladores no patrimônio e no resultado das investidas:

Investimentos	2021			2020		
	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado	Patrimônio Líquido	Resultado	
Amapari Energia S.A.	49,00%	(2.658)	(8)	(2.650)	(1.070)	(1.070)
Tempopantanal Participações	33,34%	(773)	(8)	(773)	-	-
<b>Total</b>		<b>(3.431)</b>	<b>(8)</b>	<b>(3.423)</b>	<b>(1.070)</b>	<b>(1.070)</b>

**12.5 Passivo a descoberto:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Eneva possui controladas em situação de passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo). Abaixo, apresentamos a mutação do saldo no exercício corrente:

Empresa	Saldo em 2020		Transferência para investimento		Resultado de Passivo a Descoberto		Saldo em 2021
<b>Controladas (diretas e indiretas)</b>							
<b>Outros</b>							
Amapari Energia S.A.	-	(2.752)	-	-	-	(8)	(2.760)
Jandaira Ventos S.A.	-	-	85	-	-	(86)	(1)
Jandaira II Ventos S.A.	-	-	65	-	-	(65)	-
Tempopantanal Participações Ltda.	(1.546)	-	-	-	-	-	(1.546)
<b>Total</b>	<b>(4.298)</b>	<b>-</b>	<b>150</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(159)</b>	<b>(4.307)</b>

**Projetos de expansão:** Em 23 de setembro de 2021, a Companhia firmou um acordo de exclusividade e preferência com o Grupo Vaie Azul Participações Ltda. ("GVA") e a Tepor – Terminal Portuário de Macaé Ltda., visando a formação de uma subsidiária entre a Eneva e o GVA, a fim de desenvolver, gerenciar e explorar o projeto Tepor. A transação está condicionada à realização de estudos técnicos e à avaliação da viabilidade financeira do projeto pela Eneva, que decidirá, a seu exclusivo critério, pela assinatura de acordos definitivos. Caso a transação seja efetivada, a Eneva será acionista controlador, detendo 65% do total de ações, e o GVA deterrá 35%.

**13. IMOBILIZADO**

**13.1. Composição dos saldos**

Faixa de depreciação	Consolidado 2021										Provisão para perda Impairment	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total	
	Terrenos	Edificações, Obras Civis/Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Por produção	16 anos	16 anos					
<b>Custo</b>															
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>15.245</b>	<b>3.218.608</b>	<b>4.518.861</b>	<b>18.839</b>	<b>2.450</b>	<b>40.685</b>	<b>2.559.243</b>	<b>(237.030)</b>	<b>4.046.809</b>	<b>155.692</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.339.402</b>		
Adições (a)	-	6.661	64.801	2.850	-	1.191	6.762	-	1.292.521	-	-	-	1.374.786		
Adições IFRS16 (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135.338		
Baixas	-	-	(3)	(478)	-	-	-	-	176.564	(47.268)	-	-	62.840		
Poço Seco	-	-	-	-	-	-	-	-	(56.289)	-	-	-	(56.289)		
Adiantamento Fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	202.374	-	-	-	202.374		
Provisão abandono	-	-	(1.588)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.588)		
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.314)	-	-	(40.314)		
Transferências	-	-	9.962	-	-	-	156.092	-	(166.054)	-	-	-	-		
Custos com empréstimos qualificados	-	-	-	-	-	-	-	-	667.233	-	-	-	667.233		
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>15.245</b>	<b>3.225.269</b>	<b>4.592.033</b>	<b>21.211</b>	<b>2.450</b>	<b>41.876</b>	<b>2.722.097</b>	<b>(60.466)</b>	<b>5.899.012</b>	<b>225.055</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.683.782</b>		
<b>Depreciação (c)</b>	<b>-</b>	<b>(768.657)</b>	<b>(1.293.028)</b>	<b>(11.192)</b>	<b>(2.630)</b>	<b>(16.803)</b>	<b>(1.257.165)</b>	<b>26.240</b>	<b>-</b>	<b>(69.492)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.392.727)</b>		
Adições	-	(112.984)	(246.056)	(1.804)	(277)	(2.022)	(166.716)	-	-	-	-	-	(529.859)		
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.084)		
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.458)	-	-	-	(26.458)		
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>-</b>	<b>(881.641)</b>	<b>(1.539.084)</b>	<b>(12.996)</b>	<b>(2.907)</b>	<b>(18.825)</b>	<b>(1.423.881)</b>	<b>(218)</b>	<b>-</b>	<b>(77.007)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.956.559)</b>		
<b>Valor Contábil</b>	<b>15.245</b>	<b>2.449.951</b>	<b>3.225.833</b>	<b>7.647</b>	<b>(180)</b>	<b>23.882</b>	<b>1.302.078</b>	<b>(210.790)</b>	<b>4.046.809</b>	<b>86.200</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.946.675</b>		
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>15.245</b>	<b>2.343.628</b>	<b>3.052.949</b>	<b>8.215</b>	<b>(457)</b>	<b>23.051</b>	<b>1.298.216</b>	<b>(60.684)</b>	<b>5.899.012</b>	<b>148.048</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.727.223</b>		

a. A movimentação está representada, substancialmente, pelos equipamentos recebidos para continuação das obras do projeto Azulão-Jaguatirica II e Parnaíba V. b. Trata-se, substancialmente, de um novo contrato de prestação de serviços de reboque, operação e manutenção de carretas criogênicas para o transporte de gás natural liquefeito na controlada Azulão Geração de Energia S.A.. A taxa de desconto é de 11,03%, de acordo com a vigência que é de 5 anos e possui parcela fixa mensal de R\$ 1 milhão, aproximadamente. c. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir do início de sua operação, exceto para o imobilizado de E&P, que é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.



**ENEVA S.A.**  
CNPJ/MF: 04.423.567/0001-21

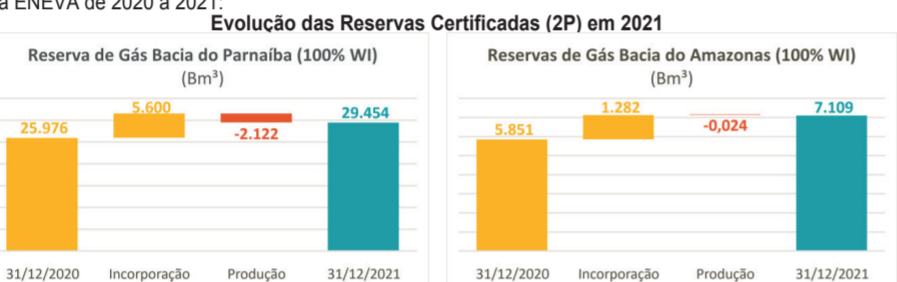
	Consolidado 2020										
	Terrenos	Edificações, Obras Civis Beneficentárias	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda Impairment	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
<b>Depreciação</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	-	(659.901)	(1.098.630)	(9.600)	(2.752)	(14.895)	(1.158.119)	26.240	-	(33.647)	(2.951.304)
Adições	-	(108.922)	(201.458)	(1.629)	(21)	(1.908)	(99.046)	-	-	-	(413.244)
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.845)
Baixas	-	166	7.060	37	403	-	-	-	-	-	7.666
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	(768.657)	(1.293.028)	(11.192)	(2.630)	(16.803)	(1.257.165)	26.240	-	(69.492)	(3.392.727)
<b>Valor contábil</b>	13.599	2.478.810	3.230.530	4.157	17	24.440	1.387.856	(263.567)	1.835.376	94.386	8.805.604
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	15.245	2.449.951	3.225.833	7.647	(180)	23.882	1.302.078	(210.790)	4.046.809	86.200	10.946.675

**Prática contábil:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; (iii) Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados; e (iv) Custos de empréstimos e debêntures, que são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos foram diretamente relacionados à construção de um ativo qualificável. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

**Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Certificação de reservas:** Em 27 de janeiro de 2022, a consultoria independente Gaffney, Cline & Associates, Inc. (GCA) emitiu novo relatório executivo de auditoria das reservas de gás natural dos onze campos declarados comerciais no Parque dos Gaviões, nas Bacias do Parnaíba, do Amazonas e do Solimões. A nova certificação desses ativos levou em consideração a ampliação planejada da capacidade de geração térmica a gás natural no Brasil, e a aceitação de recursos contingentes de gás para fins de comprovação de combustível no processo de habilitação de novos projetos em leilões de energia. Segundo os critérios do *Petroleum Resources Management System* (PMRS), a GCA certificou as reservas de gás natural, conforme a tabela abaixo:

Categoria das Reservas	Reservas de Gás Bacia do Parnaíba (100% WI) (Bm³)			Reservas de Gás Bacia do Amazonas (100% WI) (Bm³)			Reservas de Gás da Total Eneva (100% WI) (Bm³)		
	Prova da desenvolvida (1P)	Prova não desenvolvida (1P)	Total (1P)	Prova da desenvolvida (2P)	Prova não desenvolvida (2P)	Total (2P)	Prova da desenvolvida (3P)	Prova não desenvolvida (3P)	Total (3P)
Prova da desenvolvida (1P)	10,11	16,22	26,33	3,76	2,00	5,76	13,87	18,22	32,09
Prova não desenvolvida (1P)	-	-	-	3,76	14,99	18,75	-	-	18,75
<b>Total (1P)</b>	<b>10,11</b>	<b>16,22</b>	<b>26,33</b>	<b>7,52</b>	<b>15,21</b>	<b>24,51</b>	<b>13,87</b>	<b>18,22</b>	<b>50,84</b>
Prova da desenvolvida (2P)	11,23	18,22	29,45	3,76	3,35	7,11	14,99	14,99	29,98
Prova não desenvolvida (2P)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total (2P)</b>	<b>11,23</b>	<b>18,22</b>	<b>29,45</b>	<b>3,76</b>	<b>3,35</b>	<b>7,11</b>	<b>14,99</b>	<b>14,99</b>	<b>29,98</b>
Prova da desenvolvida (3P)	34,50	-	34,50	11,80	-	11,80	46,30	-	46,30
Prova não desenvolvida (3P)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total (3P)</b>	<b>34,50</b>	<b>-</b>	<b>34,50</b>	<b>11,80</b>	<b>-</b>	<b>11,80</b>	<b>46,30</b>	<b>-</b>	<b>46,30</b>

**Reservas Provasdas:** são reservas que podem ser produzidas com alto nível de garantia. **Reservas não provadas:** são baseadas em dados geológicos e de engenharia semelhantes aos usados para calcular reservas provadas. Contudo, devido a incertezas técnicas, contratuais ou regulatórias, não são incluídas as reservas provadas. **Reservas desenvolvidas:** são aquelas aptas a serem recuperadas, cujos investimentos necessários em infraestrutura para produção já foram executados. **Não desenvolvidas:** são aquelas em que todo o plano de desenvolvimento necessita ser implementado. **Os níveis de garantia de produção, subdivididos em:** 1P – Alto nível de garantia de produção; 2P – Reservas prováveis de produção, atribuíveis 50% no nível de garantia; 3P – Reservas possíveis de produção, atribuíveis 10% no nível de garantia; Os gráficos, a seguir, detalham a evolução das reservas certificadas da ENEVA de 2020 a 2021.



**Bacia do Parnaíba:** Campo de Gavião Belo (+5,600 Bm³) - campo descoberto pelos poços exploratórios 1-ENV-15-MA e 3-ENV-17D-MA em 2020, com declaração de comercialidade em fevereiro de 2021 e plano de desenvolvimento entregue em agosto de 2021. Em 2021, foi perfurado o poço de delimitação/desenvolvimento 7-GVBL-1D-MA, e em 2022 serão perfurados os 5 demais poços previstos no plano de desenvolvimento. **Bacia do Amazonas:** Campo de Azulão (+1.292 Bm³), o campo já contava com 3 poços produtores (7-AZU-2D-AM, 7-AZU-3-AM, 7-AZU-4D-AM) e em 2021 foi perfurado o poço 7-AZU-5D-AM para delimitação/desenvolvimento, que comprovou a extensão do campo e resultou em incorporação de reservas. Considerando que a produção total em 2021 foi de 2,146 Bm³, incorporamos 6,882 Bm³ de reservas totais 2P em 2021, resultando em um Índice de Reposição de Reservas Total (empresa) de 321%. Na Bacia do Parnaíba, o Índice de Reposição de Reservas (IRR) foi de 264%. Considerando a produção média anual dos últimos 5 anos na Bacia do Parnaíba, de 1,578 Bm³, a relação entre o volume de reservas e o volume produzido (R/P) é de 18,7 anos. **13.2 Avaliação de impairment:** Para fins de avaliação de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A Companhia considera que cada usina de geração térmica (gás e carvão) e a unidade de produção de gás natural constituem as Unidades Geradoras de Caixa. A Companhia e suas controladas são requeridas anualmente a efetuarem teste de redução ao valor recuperável de ativo intangível de vida útil indefinida (Goodwill). Também é requerida a avaliação quanto à existência de qualquer indicativo de perda por redução ao valor recuperável (impairment) ou de reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores para os demais ativos não financeiros. O ativo imobilizado da controlada Itaquí e o ativo intangível de vida útil indefinida gerado na combinação de negócios realizada em 2015 e que, após a reestruturação societária ocorrida em 2018, está registrado como investimento na controlada Parnaíba II, foram submetidos ao teste de recuperabilidade considerando o modelo de valor em uso baseado no valor presente do fluxo de caixa, por unidade geradora de caixa. Para as demais UGCs, não foram identificados indicativos que requerissem o teste de recuperabilidade. Cabe destacar que Itaquí vem apresentando constante melhoria no seu desempenho operacional, fruto de investimentos em melhoria de processos e manutenções preventivas. Adicionalmente, a normalização da curva de despacho, após período de crise hídrica que ocorreu no início da operação, também contribuiu para a estabilização desse ativo. O Leilão de Capacidade, ocorrido em dezembro de 2021, também trouxe uma sinalização de preços que permitiu valorar de maneira mais apropriada o perfil de operação de usinas de CVU mais elevado, como é o caso de Itaquí. Como consequência dos testes de valor recuperável, foi revertido o valor de R\$ 150.105 referente ao impairment constituído em anos anteriores relativo a Itaquí. Com isso, a controlada, em 31 de dezembro de 2021, não possui mais perda por redução ao valor recuperável registrado. A conclusão a respeito do teste realizado sobre o ativo está apresentada na nota explicativa nº 14 – "Intangível". As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas a seguir, sendo uniformes entre os ativos testados e tendo sido aprovadas pela Administração. **Abordagem:** Projetaram-se fluxos de caixa operacionais, expressos em termos nominais (considerando os efeitos inflacionários da economia) e apresentados em moeda corrente, Reais (R\$). **Prazo:** A projeção inicia-se em 2022 e se estende até o ano de 2051 para Itaquí e 2045 para Parnaíba II. Nos ativos de geração de energia, a vida útil está definida pela capacidade operacional das plantas e pela viabilidade econômica. As Usinas possuem Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com prazo de 15 a 20 anos, encerrando em 2026 (Itaquí) e 2036 (Parnaíba II). Para o período complementar que se estende até a finalização do período de projeção (2051 e 2045), a premissa assumida foi a continuidade das operações sob regime de capacidade, utilizando como base os parâmetros definidos no leilão de capacidade ocorrido em 2021 para projetar os fluxos operacionais. **Preço de venda:** A referência utilizada para o 1º ciclo de monetização (período no qual as empresas possuem CCEAR) são as condições contratuais atuais, indexados pela inflação (IPCA). A premissa de preço assumida para o 2º ciclo de monetização do ativo, ou seja, período compreendido entre o término dos CCEARs atual da Companhia, e o final do período projetivo, teve como base o resultado do leilão de capacidade ocorrido em dezembro de 2021. **CAPEX de manutenção e overhaul:** Foram projetados investimentos em manutenção, de acordo com o ciclo orçamentário indexados pela inflação (IPCA). Trata-se de dispêndios que se comportam de forma linear ao longo dos anos, exceto para os gastos com overhaul, que ocorrem em ciclos pré-determinados pelo fabricante da turbina. **Taxa de desconto:** A Companhia aplica a abordagem do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) em termos nominais para Itaquí, e o custo de Capital Próprio (Ke) para Parnaíba II, considerando efeitos inflacionários, conforme abaixo:

	Itaquí (CMPC)	Parnaíba II
CMPC e Ke nominal (pós tax)	7,87%	9,92%
CMPC e Ke nominal (pré tax)	8,90%	10,78%

**17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**

Empresa	Credor	Moeda	Taxas de Juros	Taxas Efetivas*	Vencimento
<b>Empréstimos e financiamentos</b>					
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+3,00%	7,74%	15/03/2025
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+1,00%	5,74%	15/12/2028
PGC	BNB	R\$	IPCA + 1,938%	12,43%	15/03/2036
Azulão	BASA SubCrédito A e B	R\$	IPCA + 1,6190%	12,11%	16/06/2036
Azulão	BASA SubCrédito C	R\$	IPCA + 1,3247%	11,82%	16/06/2036
Depósitos vinculados					
<b>Circulante</b>					
<b>Não circulante</b>					
<b>Debêntures</b>					
PGC	1ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 7,2227%	17,72%	15/11/2025
PGC	1ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 2,50%	6,38%	15/11/2025
Parnaíba II	3ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 0,60%	4,50%	02/10/2022
Parnaíba II	3ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,01%	4,91%	02/10/2024
Parnaíba II	3ª emissão - 3ª Série	R\$	CDI + 1,40%	5,30%	02/10/2026
Eneva	2ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,95%	4,85%	15/05/2024
Eneva	2ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,45%	5,35%	15/05/2027
Eneva	2ª emissão - 3ª Série	R\$	IPCA + 5,05%	15,54%	15/05/2029
Eneva	3ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 4,2259%	14,72%	15/12/2027
Eneva	5ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 5,50%	15,99%	15/06/2030
Eneva	6ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 4,127%	13,61%	15/09/2030
Eneva	6ª emissão - 2ª Série	R\$	IPCA + 4,5034%	14,99%	15/09/2035
Depósitos vinculados					

\* Cálculo das taxas efetivas leva em consideração indexadores acumulados nos últimos 12 meses: Out-21 - CDI de 3,38%, IPCA de 10,67% e TJLP de 4,67%. Nov-21 - CDI de 3,84%, IPCA de 10,74% e TJLP de 4,74%. Dez-21 - CDI de 4,46%, IPCA de 9,94% e TJLP de 5,32%

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, os empréstimos obtidos pelas subsidiárias estão garantidos na estrutura equivalente à Project Finance, principalmente através dos ativos (máquinas e equipamentos), bem como pelo fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs das subsidiárias. Adicionalmente, os financiamentos também contam com aval da Controladora para as subsidiárias. Abaixo, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e debêntures (circulante e não circulante):

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 2020</b>	<b>80.218</b>	<b>1.330.292</b>	<b>4.285.252</b>	<b>5.712.373</b>
(+) Novas captações	-	480.872	-	-
(+) Juros incorridos	4.969	36.976	226.066	317.315
(+) Variação monetária	-	164.751	297.333	328.710
(-) Pagamento de principal	(15.447)	(15.447)	-	(100.628)
(-) Pagamento de juros	(4.995)	(115.441)	(209.706)	(288.132)
(+/-) Custo de captação	72	1.099	11.008	16.208
(+/-) Depósitos vinculados	-	(95.965)	-	(25.533)
<b>Saldo em 2021</b>	<b>64.817</b>	<b>1.787.137</b>	<b>4.609.953</b>	<b>5.960.313</b>
	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 2019</b>	<b>92.073</b>	<b>1.399.414</b>	<b>2.637.317</b>	<b>4.157.128</b>
(+) Novas captações	90.000	1.363.129	2.007.968	2.007.968
(+) Juros incorridos	12.183	163.058	155.663	232.336
(+) Variação monetária	-	1.549	102.011	115.822
(-) Pagamento de principal	(101.869)	(1.529.317)	(410.000)	(494.959)
(-) Pagamento de juros	(12.230)	(124.987)	(147.056)	(229.318)
(+/-) Custo de captação	61	(10.461)	(60.651)	(63.827)
(+/-) Depósitos vinculados	-	67.907	-	(22.777)
<b>Saldo em 2020</b>	<b>80.218</b>	<b>1.330.292</b>	<b>4.285.252</b>	<b>5.712.373</b>

As taxas acima apresentadas foram ajustadas ao longo da projeção, considerando a evolução da estrutura de endividamento específica da "UGC" e a evolução da alíquota de impostos e das premissas de inflação.

**Intangível**

**14. Prática contábil**  
Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, de acordo com o detalhamento a seguir:

	Consolidado			
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
	Range de Amortização	Custo	Valor Líquido	Amortização Líquido
Licenças e Software de Informática	5 anos	35.770 (31.449)	4.321	34.554 (28.890)
Intangível de E&P	Unidade produtora	519.392 (42.832)	476.560	475.862 (33.161)
Direito de uso	15 a 33 anos	86.235 (39.920)	46.315	86.235 (37.145)
Outorgas e CCEARs	15 anos	183.449 (102.992)	80.457	183.449 (90.768)
Direito de uso na aquisição de investimento	1 a 30 anos	720.196 (153.827)	566.369	754.571 (126.313)
Ágio e valor justo de ativos com vida útil indefinida	-	81.522	81.522	73.497
Intangíveis em desenvolvimento	-	58.535	58.535	46.654

\* A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, com exceção do intangível de E&P para exploração de gás natural, que é amortizado com base nas unidades produzidas. Esses métodos são os que melhor refletem o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados nos diferentes ativos.

**Mutação dos ativos intangíveis**

	Consolidado							
	Licenças e Software de Informática	Intangível de E&P	Direito de Uso	Outorgas e CCEARs	Direito de uso na Aquisição de Investimentos	Ágio e Valor Justo de Ativos com Vida Útil Indefinida	Intangível em Curso	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>7.362</b>	<b>448.909</b>	<b>54.406</b>	<b>104.905</b>	<b>655.792</b>	<b>73.497</b>	<b>36.935</b>	<b>1.347.431</b>
Adições	1.381	3.503	-	-	-	-	9.719	14.603
Baixas	-	(4.376)	-	-	-	-	-	(4.376)
Transferências	-	19	-	-	(19)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>5.664</b>	<b>442.701</b>	<b>49.090</b>	<b>92.681</b>	<b>628.258</b>	<b>73.497</b>	<b>46.654</b>	<b>1.304.170</b>
Adições	1.216	43.530	-	-	-	8.025	11.881	64.652
Baixas	-	-	-	-	(34.375)	-	-	(34.375)
Amortização	(2.559)	(9.671)	(2.775)	(12.224)	(27.514)	-	-	(54.743)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.321</b>	<b>476.560</b>	<b>46.315</b>	<b>80.457</b>	<b>566.369</b>	<b>81.522</b>	<b>58.535</b>	<b>1.314.079</b>

**Direito de Uso:** O direito de uso deve-se ao valor pago para a obtenção da concessão da área, pela concessionária vencedora de licitação de campos exploratórios, mais conhecido como bônus de assinatura. **Outorgas e CCEARs:** Outorgas e CCEARs referem-se à autorização para exploração de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado. **Direito de Uso na Aquisição de Investimentos:** Referem-se à alocação dos ágios de vida útil definida gerados nas combinações de negócios ocorridos em 2015 oriundos de Outorgas e CCEARs. **Ágio e Valor Justo de Ativos com Vida Útil Indefinida:** O saldo corresponde ao ágio (goodwill) é oriundo das combinações de negócios realizada em 2015 pela Companhia. Trata-se do excedente da parcela paga pela Eneva (adquirente) devido à expectativa de geração de lucros futuros pelas adquiridas. Cabe destacar que após a reestruturação societária realizada pelo Grupo nos últimos anos, o ágio está registrado sobre o investimento na controlada Parnaíba II. Adicionalmente, em 2021, a Companhia adquiriu 100% da participação na Nossa Senhora de Fátima, gerando valor justo de R\$ 0,025 mil na aquisição. O valor recuperável do ágio é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de impairment, conforme determina o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas na nota explicativa nº 13.2 – "Avaliação de impairment". Com base nos testes realizados, não foi identificado perda no seu valor recuperável para o exercício de 2021.

**15. FORNECEDORES**

**Prática contábil:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	Consolidado	
	2021	2020
Geração de energia (a)	155.771	157.653
Construção de novas usinas (b)	178.551	187.775
Exploração e produção de gás (c)	94.801	51.939
Manutenção das usinas (d)	94.993	59.489
Comercialização de energia	49.237	36.138
Outros	61.386	43.784
<b>Total</b>	<b>634.740</b>	<b>536.838</b>
Circulante	604.909	492



## ENEVA S.A.

CNPJ/MF: 04.423.567/0001-21

(“Azulão”) possuem obrigações que são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportadas periodicamente para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido. Essas cláusulas estão resumidas a seguir: (i) Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente; (ii) Direito dos credores de executar inspeções e visitas nas instalações; (iii) Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; (iv) Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações; (v) Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações; (vi) Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienação de ativos fora do curso normal de negócios; (vii) Restrições quanto a mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e (viii) Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas nas subsidiárias. Os contratos de financiamentos e emissões de debêntures contêm cláusulas específicas de *covenants* financeiros, as quais se encontram atendidas.

Empresa	Descrição dos Covenants Financeiros	Posição em 31/12/2021	Posição em 31/12/2020
	Divida líquida de no máximo 6 vezes o EBITDA		
	Comprometimento da capacidade de pagamentos menor que 70%		
PGC	Índice de cobertura do serviço da dívida igual ou maior de 1,20	Atendido	Atendido
Parnaíba II	Divida líquida de no máximo 3 vezes o EBITDA	Atendido	Atendido
Eneva S.A.	Divida líquida de no máximo 5,0* vezes o EBITDA	Atendido	Atendido

\*No período entre 30 de junho de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 5,0 (cinco inteiros) por até 4 (quatro) trimestres consecutivos ou alternados. Após esse período, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA passa a ser até 4,5 (quatro vírgula cinco).

### 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. **Prática contábil:** Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos. **Classificação e mensuração subsequente:** Ativos e passivos financeiros são, geralmente, classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de finanças vigente. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: (i) Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo para receber seus fluxos de caixa contratuais; (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto a sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e (iii) Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. No caso da Companhia, esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir: (i) Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) Nível II: são informações, que não incluem os preços cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; (iii) Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Segue descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiros, bem como a classificação da hierarquia de valor justo:

	Consolidado				Consolidado				Total
	2021		2020		2021		2020		
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado		
<b>Ativos financeiros</b>									
Caixa e equivalente de caixa	992.290	-	992.290	1.384.933	-	-	-	1.384.933	-
Títulos e valores mobiliários	-	685.447	685.447	71.659	-	439.658	-	514.317	-
Contas a receber	718.835	-	718.835	700.964	-	-	-	700.964	-
Valor justo dos contratos de energia relacionados	51	-	51	51	-	-	-	51	-
<b>Operações comerciais com partes relacionadas</b>	51	-	51	51	-	-	-	51	-
<b>Passivos financeiros</b>									
Fornecedores	634.740	-	634.740	536.838	-	-	-	536.838	-
Valor justo dos contratos de energia	1.787.137	-	1.787.137	1.330.292	-	-	-	1.330.292	-
Empréstimos e financiamentos	5.960.313	-	5.960.313	5.712.373	-	-	-	5.712.373	-
Debêntures	169	-	169	168	-	-	-	168	-
Operações comerciais com partes relacionadas	169	3.211	3.211	168	-	2.391	-	2.391	-
Instrumentos financeiros Derivativos	-	-	-	14.110	12.455	-	-	12.455	-
Contas a pagar – setor elétrico	54.963	-	54.963	64.445	-	-	-	64.445	-
Provisão de custo por indisponibilidade	49.984	-	49.984	82.603	-	-	-	82.603	-
Pesquisa e desenvolvimento	162.549	-	162.549	100.968	-	-	-	100.968	-
Arendamentos	8.663.965	3.211	53.822	8.720.998	7.805.767	2.391	-	7.842.533	-

**Estimativa do valor justo:** Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	Consolidado			Consolidado			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Ativos financeiros</b>							
Títulos e valores mobiliários	-	685.447	-	685.447	-	439.658	439.658
Valor justo dos contratos de energia	-	91.245	-	91.245	-	-	91.245
	-	776.692	-	776.692	-	439.658	439.658
<b>Passivos financeiros</b>							
Instrumentos financeiros derivativos	3.211	-	3.211	2.391	-	-	2.391
Valor justo dos contratos de energia	3.211	-	53.822	57.033	2.391	-	2.391

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo durante o exercício. **Métodos e técnicas de avaliação:** Devido ao seu vencimento no curto prazo, entende-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores é equivalente aos seus valores contábeis. Os títulos e valores mobiliários classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado referem-se, principalmente, a investimentos em títulos públicos federais atrelados ao Índice de Inflação do Brasil (IPCA). A Companhia possui instrumentos de ativos denominados *Non Deliverable Forwards* (NDFs), com a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente de (i) investimentos em moeda estrangeira previstos pela Parnaíba Geração e Comercialização para a construção da usina termelétrica Parnaíba V, que teve sua implantação iniciada em fevereiro de 2019, com prazo de construção previsto no contrato de empreitada global (EPG) de 31 meses, (ii) investimentos em moeda estrangeira previstos pela Parnaíba II Geração de Energia para a construção da usina termelétrica Parnaíba VI, vitoriosa no Leilão de Energia Nova A-6 da ANEEL e (iii) parte dos investimentos em moeda estrangeira previstos pela Azulão Geração de Energia na implantação do projeto de Azulão-Jaguatirica, com prazo de construção de até 24 meses, cujo estoque de NDFs e contratos ligados foi liquidado em abril de 2020. Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de *hedge* de fluxo de caixa, tendo em vista que o objetivo da cobertura é trazer maior previsibilidade ao fluxo de caixa futuro, mitigando o risco do impacto cambial sobre os pagamentos objetos dos *hedges* contratados e não como investimentos especulativos. Os valores de referência (nominal) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 126.774, e estão integralmente relacionados com a construção do projeto Parnaíba V e Parnaíba VI. As transações previstas altamente prováveis, protegidas por *hedge accounting* de fluxo de caixa, mantidas em moeda estrangeira, devem ocorrer em diversas datas durante os próximos 25 meses. Ganhos e perdas são reconhecidos no patrimônio líquido e transferidos para o imobilizado quando há realização do item protegido. Os derivativos são denominados na mesma moeda que as transações previstas altamente prováveis e, portanto, a razão do *hedge* é de 1:1. Considerando as mudanças no valor à vista descontado dos instrumentos de *hedge* em aberto desde 1º de janeiro e no valor do item protegido usado para determinar a eficácia do *hedge*, a taxa média ponderada protegida no ano foi R\$ 6,1317; US\$ 1. Em 31 de dezembro de 2021, os montantes líquidos apurados de *Market to Market* (“MtM”) para esses instrumentos derivativos representam perdas de R\$ 3,211, que foram integralmente registradas no patrimônio líquido (*hedge accounting*) em outros resultados abrangentes. **18.1. Risco de mercado:** Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros. **Risco de variação de preço (commodities):** No caso da Companhia, esse risco está associado exclusivamente ao preço do carvão, que forma os estoques necessários para geração de energia nas termelétricas Pecém II e Itaqui. Porém, cabe destacar que a estrutura contratual do CCEAR prevê o repasse do custo com a commodities na receita variável (como um dos componentes dessa receita). Dessa forma, o risco de resultados negativos produzidos pela variação do carvão é mitigado. O período entre a compra da carga e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço carregado pela termelétrica. A seguir, é apresentada a projeção de risco e sensibilidade dos montantes médios dos exercícios de 2021 e 2020.

	Itaqui			Pecém II		
	Valor de Mercado (Provável)	API2 / CIF ARA (Alta 25%)	API2 / CIF ARA (Alta 50%)	Valor de Mercado (Provável)	API2 / CIF ARA (Alta 25%)	API2 / CIF ARA (Alta 50%)
<b>2021</b>						
Receita variável (Coomb)	588.166	735.208	882.249	654.112	817.641	981.169
Custo variável (Carvão)	(539.220)	(668.777)	(798.353)	(579.314)	(720.323)	(861.332)
Resultado variável	49.946	66.431	83.916	74.798	97.318	119.837
<b>2020</b>						
Receita variável (Coomb)	139.449	174.311	209.173	127.291	159.114	190.937
Custo variável (Carvão)	(119.829)	(149.234)	(178.639)	(104.809)	(131.642)	(158.474)
Resultado variável	19.620	25.077	30.534	22.482	27.472	32.463
<b>Premissas*</b>						
Geração de energia - MWh	1.568.718	1.007.234	1.826.424	919.017	919.017	919.017
Consumo de carvão tn.	690.406	424.368	789.116	388.263	388.263	388.263
CIF ARA	135,75	53,28	129,20	53,25	53,25	53,25
API2	135,75	53,28	129,20	53,25	53,25	53,25
Premio	5,50	1,00	3,50	1,25	1,25	1,25
Fator i	0,52	0,52	0,52	0,53	0,53	0,53
FX	5,28	4,97	5,28	4,95	4,95	4,95

**Sendo:**  
Coomb = CIF ARA \* Fator i \* FX; Custo Carvão = API2 + prêmio; API2 ~ CIF ARA

\* Informação não auditada. **Risco de taxa de juros: Risco relacionado aos juros flutuantes:** A Companhia e suas controladas têm passivos indexados ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado infiançionario com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo indexador econômico TJLP (taxa de juros de longo prazo). O ativo da Companhia e de suas controladas, representado por suas receitas, também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o desasasamento entre as taxas de ativos e passivos. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso as curvas de TJLP, CDI e IPCA fossem deslocadas em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

	Cenário Provável		Cenário I (alta 25%)		Cenário II (alta 50%)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Risco de Cash Flow:						
Passivo indexado a TJLP	6.604	7.602	8.486	8.486		
Passivo indexado ao CDI	342.499	416.186	488.838	488.838		
Passivo indexado ao IPCA	698.729	816.237	931.620	931.620		
<b>Despesa Financeira Esperada</b>	<b>1.047.832</b>	<b>1.240.025</b>	<b>1.428.944</b>	<b>1.428.944</b>		
<b>Aumento da despesa financeira</b>	<b>-</b>	<b>192.193</b>	<b>-</b>	<b>381.112</b>		

Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%. IPCA 12M: 10,01% (Fonte: Boletim Focus); TJLP 12M: 6,08% (Fonte: Conselho Monetário Nacional); CDI Médio 12M: 11,81% (Fonte: Projeção de Mercado). **18.2. Risco de liquidez:** A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de

2021 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	Consolidado					Total
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	106.550	498.359	29.831	-	-	634.740
Operações comerciais com partes relacionadas	-	-	169	-	-	169
Empréstimos e financiamentos	77.500	82.002	156.242	953.522	1.802.246	3.071.512
Debêntures	311.107	446.256	792.259	1.956.467	-	3.506.089
	<b>495.157</b>	<b>1.026.617</b>	<b>978.501</b>	<b>2.909.989</b>	<b>1.802.246</b>	<b>7.212.510</b>
Consolidado						
31/12/2020						
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	-	455.352	80.257	-	-	535.609
Operações comerciais com partes relacionadas	-	-	1.397	-	-	1.397
Empréstimos e financiamentos	42.823	32.589	111.067	416.002	1.119.028	1.721.509
Debêntures	173.345	195.309	584.075	3.334.003	5.500.498	9.787.230
Retenção contratual	-	-	-	4.330	-	4.330
	<b>216.168</b>	<b>683.250</b>	<b>776.796</b>	<b>3.754.335</b>	<b>6.619.526</b>	<b>12.050.069</b>

**18.3. Risco de crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. A Companhia entende que não há risco de crédito do contas a receber, vide avaliação na nota explicativa nº 9 – “Contas a receber”. Além disso, para mitigar os riscos, adotamos como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação, por inclusão e consideração de avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os créditos estão classificados em baixo risco devido à classificação dos bancos de 1ª linha (AAA e AA), com os quais a Companhia tem relacionamento. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

	Consolidado		2020
	2021	2020	
Posições do risco de crédito			
Caixa e equivalente de caixa	992.290	1.384.933	
Títulos e valores mobiliários	885.447	511.317	
Contas a receber de clientes	718.835	700.964	
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	91.245	-	
Depósito vinculado sobre empréstimos e debêntures	197.946	76.448	
	<b>2.685.763</b>	<b>2.673.662</b>	

**14.4. Risco cambial:** A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações em moeda estrangeira, exceto aquelas mencionadas no parágrafo “Derivativos, hedge e gerenciamento de risco” dessa análise de risco. **18.5. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia são administrar seu capital sob o salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução do custo de capital. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou proporá, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

### 19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais civis, tributárias, ambientais e trabalhistas, assim como em processos administrativos regulatórios, que são constantemente avaliados pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos. **Prática contábil:** A Companhia constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que acarretará provável desembolso de caixa para seu encerramento. O saldo consolidado da provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é apresentado abaixo:

	Consolidado			Saldo Acumulado
	31/12/2020	Adições	Reversão	
Cíveis	(a)	70.613	(21)	70.592
Trabalhistas	(b)	21.950	(5.673)	16.277
Tributárias		40	-	40
<b>Total das provisões</b>		<b>92.603</b>	<b>(5.694)</b>	<b>86.909</b>

**(a) Riscos Cíveis:** A principal discussão cível se refere à ação ordinária ajuizada pela controlada Amapari Energia S.A. (“Amapari”) no valor de R\$ 44.091, com pedido de tutela antecipada, para que seja enquadrada no mecanismo de ressarcimento de custo de combustíveis da CCC-ISOL. Em setembro de 2018, foi dado provimento ao recurso de apelação interposto por Amapari, anulando a sentença e julgando procedente a demanda, autorizando a empresa a utilizar o mecanismo de ressarcimento do custo de combustíveis instituído pela Conta de Consumo de Combustíveis para o Sistema Isolado – CCC-ISOL. Ainda por meio do acórdão, foi determinado o imediato reembolso de CCC não recebido por Amapari no período de novembro de 2008 até fevereiro de 2009. Em 2019, em cumprimento à decisão, a ANEEL realizou o pagamento do reembolso pleiteado por Amapari. Contra o referido acórdão, a ANEEL interpôs recurso, ainda pendente de julgamento, de modo que foi realizado o provisionamento contábil do montante recebido de forma antecipada. Ainda em 2019, a Amapari iniciou execução provisória, em primeira instância, do acórdão favorável para cobrar da ANEEL os juros que não haviam sido pagos por ocasião do recebimento do valor principal da CCC-ISOL. A decisão de primeira instância, corroborada por decisão do TRF da 1ª Região, reconheceu o direito de Amapari ao recebimento dos juros e obrigou a ANEEL a pagá-los. Dessa forma, em abril de 2020, Amapari recebeu, a título de juros, o valor de R\$ 20.216. Aguarda-se análise de impugnação da CCEI, gestora dos recursos da CCC, acerca de divergência de cálculos. Da mesma forma como ocorreu com o valor principal, considerando a discussão judicial em curso acerca do recebimento dos recursos, também foi realizado o provisionamento contábil como passivo contingente do montante recebido de forma antecipada. **(b) Riscos trabalhistas:** Envolvem reclamações movidas por ex-funcionários da Companhia e empregados de empresas terceirizadas, que pleiteiam, dentre outros, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, vínculo empregatício e posterior equiparação em direitos aos empregados da Companhia ou, ainda, eventuais verbas inadimplidas por suas contrapartes diretas. A reversão apresentada no quadro anterior está vinculada a liquidações dos pedidos feitos pelos ex-funcionários e o encerramento de processos no decorrer do ano de 2021. Não existe causa individual relevante. **Contingências com risco possível (não requerem constituição de provisão):** As ações de natureza tributária, civil, trabalhista e ambiental que não estão provisionadas, pois envolvem prognóstico de perda classificado pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos como possível, são apresentadas a seguir:

	Consolidado			31/12/2021	31/12/2020
	31/12/2020	Adições	Reversão		
Ambientais	-	-	-	22.449	25.912



ENEVA S.A.  
CNPJ/MF: 04.423.567/0001-21

	Ativo		Passivo		Resultado		Venda de gás e condensado (e)	Arrendamento	Deduções da receita	Impostos sobre vendas P&D (f)	Ressarcimento (g)	Total da receita líquida
	2021	2020	2021	2020	2021	2020						
<b>Operações comerciais</b>												
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (c)	172.420	147.130	210	36	1.018.396	439.619	804.810	476.312	15.989	4.152		
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (c)	84.629	99.156	218	48	504.462	357.297	886.180	412.015	-	-		
Itaquí Geração de Energia S.A.	14.728	10.625	2.600	2.323	9.896	10.934	1.690.990	888.327	5.655.722	3.555.203		
Pecém II Geração de Energia S.A.	5.591	7.080	324	141	6.259	6.953			(464.816)	(271.861)		
Parnaíba B.V.	-	-	-	-	97.928	3			(47.025)	(29.936)		
Outras	16.975	16.166	4.860	5.153	7.992	3.807			(18.840)	(10.097)		
<b>294.543</b>	<b>280.157</b>	<b>8.212</b>	<b>105.629</b>	<b>1.547.028</b>	<b>818.610</b>			<b>(241.113)</b>	<b>(107.472)</b>	<b>(531.281)</b>	<b>(311.894)</b>	
<b>2.019.635</b>	<b>2.015.796</b>	<b>8.212</b>	<b>105.629</b>	<b>1.687.398</b>	<b>908.540</b>			<b>1.449.877</b>	<b>780.855</b>	<b>5.124.441</b>	<b>3.243.309</b>	

a. O saldo é composto por dois contratos de mútuo celebrados com a Eneva (mutuante), sendo o primeiro sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado e o segundo sujeito a juros de 2,47% + IPCA e prazo de vencimento em setembro de 2026. A variação do saldo do ativo é correspondente a juros incorridos, parcialmente compensados por pagamento de juros. b. O saldo é composto por dois contratos de mútuo celebrados com a Eneva (mutuante), sendo o primeiro sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado e o segundo sujeito a juros de 3,19% + IPCA e prazo de vencimento em dezembro de 2027. A variação do saldo do ativo é correspondente a juros incorridos, parcialmente compensados por pagamento de juros. c. São saldos compostos, basicamente, pela venda do gás natural e arrendamento da Unidade de Tratamento de Gás (UTG) por as subsidiárias Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. 21.1. Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria: A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social. De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição entre eles. Os montantes totais de remuneração dos Diretores e do Conselho da Administração da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, registrados na contabilidade pelo regime de competência, seguem abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Benefícios de curto prazo (a)	27.457	33.074	31.567	37.051
Benefícios de longo Prazo (b)	114.005	53.205	129.385	53.205
	141.462	86.279	160.952	90.256

a. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários e benefícios não monetários. b. Conforme descrito na nota explicativa nº 24 – "Plano de pagamento baseado em ações", a Companhia implementou plano de pagamento baseado em ações para gestores e diretores estatutários e não estatutários. A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes, no prazo de 3 a 5 anos, a partir do início do plano. Seguem abaixo os montantes de remuneração mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretoria:

	Consolidado					
	2021		2020		2020	
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
Conselho de Administração	119	454	864	475	5.420	35.056
Diretores	825	11.213	59.382	135	4.088	20.803
	944	11.667	60.246	610	9.508	55.859

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Capital Social da Companhia é respectivamente de R\$ 8.894.086 e R\$ 8.848.409. A Companhia possui apenas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. O capital autorizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é composto por 1.596.513.720 ações autorizadas, das quais 1.266.339.183 foram emitidas (315.835.960 em 31 de dezembro de 2020). Em março de 2021, houve o desdobramento das ações da Companhia na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 4 (quatro) ações ordinárias, sem modificação do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações aos titulares. Dessa forma, a variação demonstrada na quantidade de ações entre os períodos é basicamente relacionada a esse movimento societário. Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

	Controladora		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
Banco BTG Pactual	272.640.404	21,53%	72.410.101	22,93%
Eneva Fundo de Investimento em Ações	289.640.404	22,87%	72.410.101	22,93%
Velt Partners	-	-	17.665.975	5,59%
Dynamo	79.108.721	6,25%	15.947.135	5,02%
Atmos Capital Gestão de Recursos	67.189.176	5,31%	15.793.261	5,00%
Ações em tesouraria	6.120.944	0,48%	-	-
Outros	551.639.534	43,56%	121.702.575	38,53%
<b>Total</b>	<b>1.266.339.183</b>	<b>100,00%</b>	<b>315.835.960</b>	<b>100,00%</b>

22.2. Reserva de incentivos fiscais: SUDENE: A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse benefício de 31 de dezembro corresponde à redução de 75% do Imposto de Renda, no período de 10 anos. ICMS – Crédito Presumido: Reserva constituída mediante a destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao incentivo fiscal concedido pelo estado do Maranhão, nos termos da Lei nº 9.463/2011. Tal incentivo consiste em crédito presumido de ICMS nas saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica movida a gás natural. 22.3. Ações em tesouraria: Programa de Recomprou de ações próprias: Os programas de recompra visam a aquisição de ações de emissão da Eneva S.A. para fazer frente às obrigações dos planos de incentivo de remuneração de longo prazo baseados em ações, direcionados aos administradores e empregados da Eneva S.A., de suas sociedades controladas. No primeiro semestre de 2021 foram adquiridas 4.280.000 ações por preço médio de R\$ 17,36 (após o desdobramento de ações), que já foram substancialmente entregues aos beneficiários no valor de R\$ 70.864 mil, conforme apresentação na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Em dezembro de 2021 foi aprovado novo programa de recompra de ações com o objetivo de atender as liquidações previstas para o exercício de 2022, autorizando a quantidade máxima de 6.000.000 de ações, das quais já foram adquiridas 5.589.000 ao preço médio de R\$ 14,30.

23. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e a respectiva quantidade média ponderada de ações em circulação durante o mesmo período, conforme o quadro abaixo:

Resultado do exercício	2021		2020	
	Numerador	Denominador	Numerador	Denominador
Lucro líquido atribuível aos acionistas	1.173.300	1.007.606	1.173.300	1.007.606
Média ponderada de ações	1.265.016.862	315.783.353	992.575.862	246.822.000
<b>Lucro por ação (R\$) - básico</b>	<b>0,92750</b>	<b>3,19081</b>	<b>0,92750</b>	<b>3,19081</b>

Resultado do exercício	2021		2020	
	Numerador	Denominador	Numerador	Denominador
Lucro líquido atribuível aos acionistas	1.173.300	1.007.606	1.173.300	1.007.606
Média ponderada de ações	1.265.016.862	315.783.353	992.575.862	246.822.000
Efeito das opções	9.92025	3.17618	-	-
<b>Lucro por ação (R\$) - diluído *</b>	<b>0,92025</b>	<b>3,17618</b>	<b>0,92025</b>	<b>3,17618</b>

\* O fator de diluição representado pelos programas de remuneração baseados em ações da Companhia não representou mudanças significativas no cálculo do lucro diluído.

24. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Opção de ações outorgadas pela Companhia: O programa vigente de opções de compra de ações da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2016 e tem como beneficiários membros do Conselho de Administração, Diretoria e empregados selecionados. As opções poderão atingir o percentual máximo de 4% (quatro por cento) do total de ações do capital social da Companhia, existentes na data de emissão das opções. Para efeitos desse limite, será considerado o somatório de todas as ações de emissão da Companhia, incluídas as ações que vierem a ser emitidas pela Companhia em razão de opções outorgadas no âmbito do plano de opções. A tabela seguinte apresenta as características do plano de opções:

Plano	Data de Outorga	Prazo de Vencimento (Anos)	Maturação	Data dos Direitos	Quantidade Original	Quantidade Remanescentes	Preço Médio Ponderado	
							Exercício Original	Exercício Corrigido por IPCA + 3% a.a.
2016	03/10/2016	5	03/10/2016	12/11/2021	2.484.376	-	3,75	19,93
2016	03/10/2016	5	01/11/2017	01/02/2022	10.668.000	-	3,75	19,93
2016	03/04/2017	5	10/05/2018	08/09/2022	6.333.333	1.066.668	3,75	19,31
2016	03/08/2017	5	03/08/2018	01/12/2022	2.000.000	400.000	3,75	19,31
2016	11/02/2019	5	11/02/2020	10/06/2024	1.000.000	600.000	3,75	17,21
2016	10/01/2020	5	10/01/2021	12/05/2025	8.840.000	7.016.000	7,57	32,56
2020	11/02/2021	5	11/02/2022	13/06/2026	4.723.388	4.723.388	15,88	-
2016	11/02/2021	5	11/02/2022	13/06/2026	240.000	240.000	15,88	-
2016	01/05/2021	5	01/05/2022	03/09/2026	800.000	800.000	16,49	-
2020	19/05/2021	5	19/05/2022	21/09/2026	1.106.800	1.106.800	15,98	-
2020	30/11/2021	5	30/11/2022	30/03/2027	36.518	36.518	15,17	-
2020	08/12/2021	5	08/12/2022	07/04/2027	243.450	243.450	14,82	-

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no plano de opções para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Plano	Data de Outorga	Prazo de Vencimento (Anos)	Maturação	Data dos Direitos	Preço Médio Ponderado	
					Exercício Original	Exercício Corrigido por IPCA + 3% a.a.
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>					<b>12.573.336</b>	<b>7,12</b>
Exercidas					(3.417.724)	15,92
Outorgadas					7.149.948	15,92
Expiradas					(505.444)	8,18
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>					<b>15.800.616</b>	<b>11,48</b>

A Companhia não consegue mensurar o valor dos serviços prestados pelos participantes que estão sendo remunerados via plano de pagamento em ações. Portanto, decidiu mensurar os seus respectivos valores justos, tomando como base o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados. Segundo o regulamento do programa, a Companhia liquidará essa obrigação com a emissão de novas ações ou pela utilização (ou não) da conta "Ações em tesouraria". O efeito no resultado do exercício de 2021 foi de R\$ 23.240. Unidades de performance restritas - units: A Companhia concedeu dois planos distintos de incentivo de remuneração de longo prazo baseado em ações. O primeiro foi aprovado em 12 de julho de 2018 e o segundo, denominado Plano de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações (Plano de Performance Shares) aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019. Nesses planos, a Companhia concede units, unidades de performance restritas, aos beneficiários que lhe prestam serviços. Porém, os planos seguem regras distintas para aquisição do direito de transferência de ações. Conforme o regulamento do primeiro plano aprovado em 12 de julho de 2018, as ações podem ser transferidas aos beneficiários após 3 (três) anos a partir da data de concessão das units. Da quantidade de units cedidas para cada beneficiário, 50% são concedidas para retenção, cujo direito depende da permanência do colaborador na Companhia. Para os demais 50% das ações, além da permanência do colaborador, a quantidade de ações transferidas dependerá de indicador de performance de retorno para os acionistas, calculado durante o período de carência de 3 anos das units. O regulamento do plano aprovado em 29 de abril de 2019 define que as ações podem ser transferidas aos beneficiários se os critérios de performance relacionados à execução do Projeto Parnaíba V forem atendidos. A apropriação do valor justo dos planos ao resultado do exercício de 2021 foi R\$ 9.979. A tabela abaixo apresenta as características gerais das units concedidas pela Companhia:

Plano	Data de Concessão	Prazo (Anos)	Finalidade	Data de Aquisição		Quantidade Original	Quantidade Concedida
				Data de Retenção	Data de Exercício		
2018	13/07/2018	3	Retenção	02/04/2021	02/04/2021	868.724	868.724
2018	13/07/2018	3	Performance	02/04/2021	02/04/2021	868.724	868.724
2018	01/04/2018	3	Retenção	01/04/2022	01/04/2022	756.436	756.436
2018	01/04/2018	3	Performance	01/04/2022	01/04/2022	756.436	756.436
2019	29/04/2019	2,92	Performance Shares	31/03/2022	31/03/2022	1.548.404	1.548.404
2018	01/04/2020	3	Retenção	01/04/2023	01/04/2023	453.208	453.208
2018	01/04/2020	3	Performance	01/04/2023	01/04/2023	868.724	868.724
2018	01/04/2021	3	Retenção	01/04/2024	01/04/2024	316.476	316.476
2018	01/04/2021	3	Performance	01/04/2024	01/04/2024	316.476	316.476

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido nos planos de units para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Plano de Units Concedido pela Companhia - Quantidade de units	Preço Médio Ponderado	
	Quantidade de Units	Ponderado das Ações
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>6.513.748</b>	<b>19,53</b>
Exercidas	(1.632.392)	17,04
Concedidas	632.951	17,04
Expiradas	(84.163)	15,95
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.430.144</b>	<b>16,47</b>

Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou a criação de programa de aquisição de ações de sua própria emissão, com o objetivo de fazer frente às obrigações decorrentes dos planos e programas de incentivo de longo prazo, dirigido aos administradores e empregados da Companhia. O programa de recompra visa à aquisição pela Parnaíba II Geração de Energia S.A., e a quantidade máxima de ações a serem adquiridas é de até 6 milhões.

25. RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS

Prática contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita apresentada é a líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos. Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminadas as vendas dentro do grupo. Para ambas as atividades de geração de energia e produção de gás natural, a receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto é transferido para o cliente. A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício assim se apresenta:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta	-	-	2.240.555	2.120.175
Disponibilidade (ACR) (a)	-	-	2.450.380	667.853
Venda de energia (ACR) (b)	-	-	917.931	763.023
Venda de energia (ACL) (c)	-	-	-	-
Valor justo contratos de energia (d)	-	-	30.867	-

Venda de gás e condensado (e)	804.810	476.312	15.989	4.152
Arrendamento	886.180	412.015	-	-
<b>1.690.990</b>	<b>888.327</b>	<b>5.655.722</b>	<b>3.555.203</b>	

**Deduções da receita**  
Impostos sobre vendas (241.113) (107.472) (464.816) (271.861)  
P&D (f) - - (47.025) (29.936)  
Ressarcimento (g) - - (18.840) (10.097)  
**(241.113) (107.472) (531.281) (311.894)**  
**1.449.877 780.855 5.124.441 3.243.309**

**Total da receita líquida**  
**1.449.877 780.855 5.124.441 3.243.309**

**Ambiente de Contratação Regulada (ACR):** As receitas decorrem de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR), celebrados entre o agente vendedor e o agente de distribuição, em decorrência dos leilões de energia elétrica. Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada leilão, contendo cláusulas e condições fixas e variáveis, que não são passíveis de alteração pelos agentes. Esse tipo de contrato tem como objetivo minimizar o risco hidrológico, visando um menor custo para o sistema de energia. Os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelos agentes compradores (distribuidoras), e eventuais exposições financeiras no mercado de curto prazo, positivas ou negativas, serão assumidas pelas distribuidoras, com repasse ao consumidor final, conforme mecanismo definido pela ANEEL. Cabe destacar ainda que estes contratos possuem mecanismo de reajuste anual para a parcela fixa para a recomposição da inflação acumulada no período. A parcela variável por sua vez possui como um de seus componentes a taxa de inflação, reduzindo substancialmente o desasamento entre as receitas e os custos de geração. a. Disponibilidade ACR (receita fixa): Essa modalidade de receita tem por objeto remunerar o empreendimento de geração mantido à disposição do Sistema Nacional Integrado (SINI) para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). A variação deve-se à atualização contratual anual. b. Venda de energia ACR (receita variável): Além da receita por disponibilidade, como comentado acima, os CCEARs possuem receitas variáveis, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerada pelas medições anteriores ao fechamento do exercício. O aumento significativo dessa receita está ligado à demanda requerida pelo ONS, principalmente devido à crise hídrica. **Ambiente de Contratação Livre (ACL):** Trata-se do segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. c. Venda de energia ACL: Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre. As informações do resultado estão apresentadas por segmento na nota explicativa nº 6 - "Informações por segmento". d. Valor justo dos contratos de energia: A Companhia tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo. Os valores apresentados, são referentes ao resultado da marcação a mercado (MM) desses contratos de compra e venda para entrega futura. Esse valor justo é mensurado conforme nota explicativa nº 5.1 "Estimativas": Exploração e produção de gás: e. Venda de gás condensado e arrendamento: A Eneva S.A. é responsável pela exploração e extra



## ENEVA S.A.

CNPJ/MF: 04.423.567/0001-21

deste ciclo licitatório até 14 de novembro de 2026 nos moldes da Resolução ANP nº 815/2020, que facultou a prorrogação dos contratos de concessão em 9 (nove) meses frente o advento da COVID-19. **Oferta Permanente - 2º Ciclo Licitatório:** Ao lograr êxito na aquisição de 7 (sete) blocos exploratórios (AM-T-62, AM-T-84, AM-T-85, PAR-T-86, PAR-T-99, PAR-T-196 e PAR-T-215) e 1 (uma) área de acumulação marginal (Jurua) no âmbito do 2º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente de Blocos Exploratórios e Acumulações Marginais, realizada em 04 de dezembro de 2020, a Eneva encaminhou, em 2021, garantias de PEM totalizando R\$ 113.772.000,00 (cento e treze milhões setecentos e setenta e sete mil reais). Os blocos exploratórios concedidos no âmbito deste certame se caracterizam por uma Fase de Exploração que dura 8 (oito) anos (para AM-T-62, AM-T-84 e AM-T-85) ou 6 (seis) anos (caso dos PAR-T-86, PAR-T-99, PAR-T-196 e PAR-T-215) e possuem um único Período Exploratório, que demanda o cumprimento das unidades de trabalho previstas. Para os quatro últimos ativos citados, aliás, a companhia terá que cumprir o PEM em conjunto com a Enauta, que adquiriu as áreas em consórcio com a Eneva.

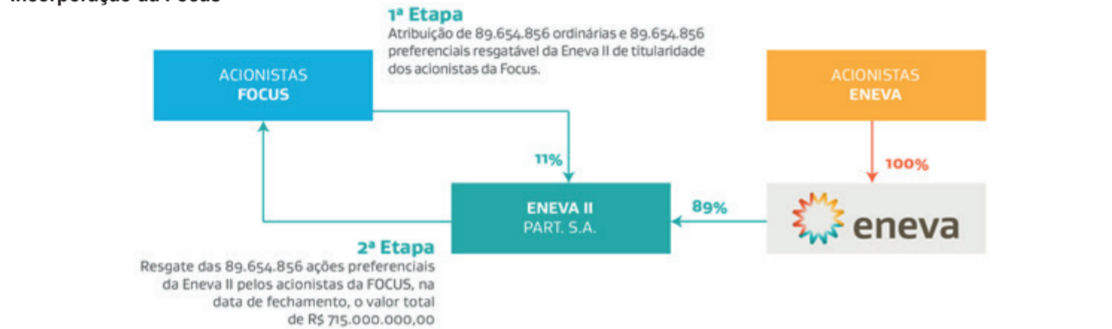
### 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

**Combinação de negócios com a Focus: Contexto da operação:** A Focus Energia Holding Participações S.A. ("Focus") atua como uma plataforma integrada de negócios de energia renovável no Brasil, com foco nos segmentos de comercialização, geração de energia para comercialização no mercado livre, geração distribuída e prestação de serviços em energia para geradores e consumidores livres. Em fevereiro de 2021, a Focus realizou seu IPO levantando cerca de R\$765 milhões de capital, com uma *valuation* implícita de aproximadamente R\$1.600 milhões. A maior parte dos recursos levantados com o IPO foram captados com o objetivo de financiar a construção e desenvolvimento do Projeto Futura I, que pretende ser o maior parque de energia solar do Brasil. Esse parque possuía um custo total de CAPEX estimado de R\$2,2bi. O restante do valor para financiar esta construção seria captado junto a instituições financeiras. Do momento do IPO até a data da transação de venda e incorporação pela Eneva, ocorreram dois eventos principais que dificultaram a execução da construção de Futura I, sendo eles (i) o aumento do custo estimado do CAPEX total do projeto em cerca de R\$500 milhões, em decorrência da escassez global de placas solares e quebra de contrato do principal fornecedor e (ii) aumento de juros e piora geral no cenário de crédito brasileiro, que dificultaram a obtenção do financiamento adicional necessário, uma vez que os bancos exigiam garantias e condições não exequíveis para a Focus. Diante do cenário acima descrito, o valor por ação em bolsa de Focus se desvalorizou substancialmente desde o IPO e, além disso, a Focus encontrava-se em situação de stress financeiro de curto prazo para honrar os compromissos referentes a construção do projeto Futura I, sem acesso a novas linhas de financiamento. **Estrutura da operação:** No dia 15 de dezembro de 2021, as Companhias divulgaram aos seus acionistas e ao mercado em geral a celebração do acordo de Combinação de Negócios ("Acordo"), por meio do qual estabeleceram os termos e condições para a incorporação da Focus ("Incorporação") e a subscrição privada, pela Eneva, de debêntures não conversíveis de emissão da Focus. Conforme previsto no Acordo, a incorporação será implementada por meio das seguintes operações, que ocorrerão todas na data de fechamento da Operação. (i) A incorporação societária da Focus será feita pela Eneva II Participações S.A., (subsidiária integral da Eneva S.A.). A Eneva II irá assumir a carteira de clientes e todo o portfólio de projetos renováveis da Companhia que somam 3,7GW de potência instalada. A transação se dará pela atribuição de 1 nova ação ordinária (emissão 89.654.856 ações ordinárias) e 1 nova ação preferencial (emissão de 89.654.856 ações preferências) compulsoriamente resgatáveis da Eneva II para cada 1 ação ordinária de emissão da Focus e de titularidade dos acionistas da Focus. (ii) Resgate das ações preferenciais da Eneva II, mediante o recebimento, por todos os acionistas da FOCUS, conforme as condições, de pagamento em dinheiro, na data de fechamento, no valor total de R\$ 715.000 mil (primeira parcela), a ser atualizado diariamente pela variação de 100% da taxa DI entre a data de celebração do acordo e o dia útil imediatamente anterior à data de fechamento, e sujeito a determinados ajustes ("Parcela Assegurada"), e + pagamento adicional em dinheiro, condicionado ao efetivo recebimento, pela Eneva ou por controlada dela, até 31 de dezembro de 2027, de valores e/ou créditos, líquidos de tributos e despesas, oriundos de procedimento arbitral, nos EUA, perante a International Chamber of Commerce, em Nova York - NY, tendo como autoras a FOCUS e certas controladas. Poderão, ainda, ser deduzidos da Parcela Contingente valores extraordinários relacionados a determinados projetos. As operações de incorporação da Focus estão ilustradas na figura a seguir:

#### Posição antes da incorporação

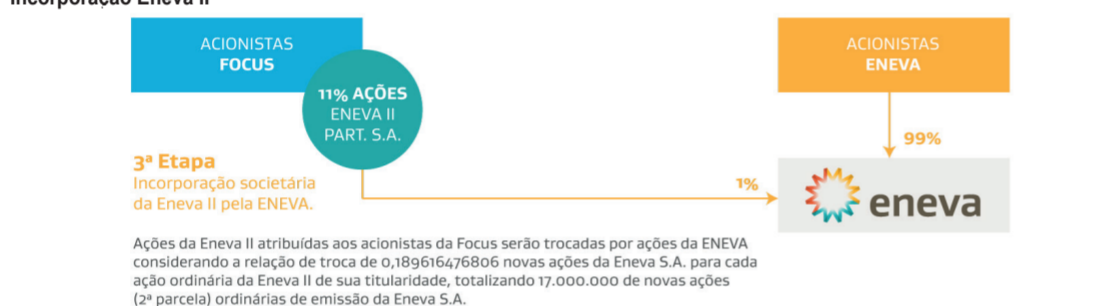


#### Incorporação da Focus



(i) Incorporação societária da Eneva II pela Eneva S.A., com a extinção da Eneva II, que será sucedida pela Eneva, e com a atribuição, aos antigos acionistas da Focus (que serão, acionistas da Eneva II), de 0,189616476806 novas ações da Eneva S.A. para cada ação ordinária da Eneva II de sua titularidade, totalizando 17.000.000 de novas (parcela) ordinárias de emissão da Eneva S.A. As operações de incorporação da Eneva II estão ilustradas na figura a seguir:

#### Incorporação Eneva II



Ações da Eneva II atribuídas aos acionistas da Focus serão trocadas por ações da Eneva S.A. considerando a relação de troca de 0,189616476806 ações da Eneva S.A. por cada ação ordinária da Eneva II de sua titularidade, totalizando 17.000.000 de novas ações (2ª parcela) ordinárias de emissão da Eneva S.A.

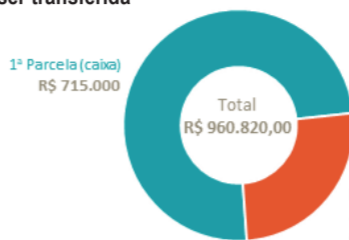
Em decorrência da Operação, a Eneva II e a Focus serão extintas, com a consequente migração da base acionária da Focus para a Eneva S.A. A Eneva S.A. continuará a ser Companhia aberta, listada no segmento do Novo Mercado da B3 e passará a ser titular da totalidade do patrimônio da Focus. Como parte da operação, a Focus e a Eneva firmaram a escritura da 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Focus, com valor nominal de R\$ 1.500 milhões. Nos termos da Instrução Normativa e demais documentos relacionados, a Eneva: (i) subscreverá, nessa data, debêntures no valor de R\$ 820 milhões, a serem integralizadas mediante o cumprimento de determinadas condições precedentes; (ii) se comprometeu a subscrever e integrar o saldo das debêntures, no valor de até R\$ 680 milhões, conforme o cronograma previsto na Escritura. Os recursos das debêntures serão utilizados, exclusivamente, no pagamento de custos vinculados ao Projeto Futura I, conforme tais recursos sejam necessários a partir dessa data para a conclusão das obras. Vale ressaltar que os recursos das debêntures não fazem parte do preço pago.

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Eneva S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eneva S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demais demonstrações contábeis explicativas, compreendendo as políticas contábeis e outras informações elucidativas. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eneva S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Eneva S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável do imóvel e investimentos	
Conforme nota explicativa nº 12 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia e suas controladas são requeridas anualmente a efetuar avaliação quanto a existência de qualquer indicativo de perda por redução do valor recuperável ("impairment") ou de reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores para os ativos não financeiros nos segmentos de térmica a carvão, térmica a gás e upstream. A avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGCs) da Companhia e suas controladas foi efetuada para o ativo imobilizado da UGC de Itaipu, no segmento de térmica a carvão. Essa avaliação envolve julgamentos significativos utilizados nas projeções de fluxos de caixa futuros, incluindo o período projetivo, a demanda esperada de utilização da térmica, preços de venda de energia esperados no ambiente regulado, gastos e custos associados para manutenção de equipamentos e insumos e taxas de desconto. Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função dos julgamentos complexos e do alto grau de subjetividade contido nas projeções de fluxos de caixa e na determinação das demais premissas relevantes elaboradas pela Companhia, que se fossem alteradas, poderiam resultar em valores substancialmente diferentes daqueles utilizados na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, principalmente, os seguintes aspectos: Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados ao processo de avaliação de indicativos de perda e apuração do valor recuperável das UGCs da Companhia e suas controladas. Avaliamos a política de aprovação dos orçamentos e da determinação das premissas e projeções dos fluxos de caixa utilizadas pela Administração da Companhia e suas controladas. Avaliamos, com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, a metodologia e as principais premissas utilizadas nas projeções como o período projetivo, a demanda esperada de utilização da térmica a carvão da UGC de Itaipu, preços de venda de energia esperados no ambiente regulado, gastos e custos associados para manutenção de equipamentos e insumos, taxas de crescimento e taxas de desconto, inclusive a consistência e a aderência dessas premissas às práticas usuais de mercado. Adicionalmente, realizamos a conferência aritmética da apuração dos valores recuperáveis, confrontando-os com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e relacionando-as com os dados utilizados na preparação das projeções que se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas sobre o teste de redução do valor recuperável de ativos estão adequadas.
	Com base nos procedimentos e nas evidências obtidas na execução dos procedimentos acima resumidos, consideramos os valores contábeis do imóvel e investimentos, bem como as divulgações relacionadas, como aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
Valor recuperável dos impostos diferidos ativos	
Conforme nota explicativa nº 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia e sua controlada Itaipu Geração de Energia S.A. ("Itaipu") possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, relacionados à prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos com base em estudos que contém projeções utilizadas para fundamentar a disponibilidade de lucros tributáveis futuros. As projeções de resultados futuros desses estudos incluem premissas relevantes, principalmente referentes ao volumes de despacho e preços de venda de energia estimados, gastos para manutenção de equipamentos, gastos com insumos, assim como crescimento econômico projetado para o setor e investimentos de capital. Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função dos julgamentos complexos e do alto grau de subjetividade contido nas projeções elaboradas pela Companhia que, se fossem alteradas, poderiam resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, principalmente, os seguintes aspectos: Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados ao processo de apuração dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. Obtivemos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros elaboradas pela Companhia, incluindo a avaliação da política de aprovação dos orçamentos e da determinação das premissas e projeções utilizadas pela Administração da Companhia e de sua controlada Itaipu. Avaliamos, com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, as principais premissas utilizadas na preparação das projeções que suportam o valor dos lucros tributáveis futuros, como volumes de despacho e preços de venda de energia estimados, gastos para manutenção de equipamentos, gastos com insumos, assim como crescimento econômico projetado para o setor e investimentos de capital, avaliando a razoabilidade, a consistência e a aderência às práticas usuais de mercado para as metodologias e os julgamentos utilizados na determinação das projeções.

### Estimativa de contraprestação a ser transferida



\*Valor corresponde a 17 milhões de ações ordinárias de emissão da Eneva S.A., com cotação de 14,46/ação no dia 21 de dezembro de 2021.

	30/11/2021*	Ajuste a Valor Justo	Saldo a Valor Justo 30/11/2021
<b>Ativo circulante</b>	<b>1.056.310</b>		<b>1.056.310</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.508.187</b>	131.602	<b>1.639.789</b>
<b>Intangível</b>	<b>7.664</b>	131.602	<b>139.266</b>
Intangível de partilha	7.664	-	7.664
PPA e autorização - Futura I	-	85.804	85.804
PPA e autorização - PCHs	-	30.729	30.729
Carteira de clientes - Intel	-	15.069	15.069
<b>Ativo Total</b>	<b>2.564.497</b>	<b>131.602</b>	<b>2.696.099</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>30/11/2021*</b>	<b>Ajuste a Valor Justo</b>	<b>Saldo a Valor Justo 30/11/2021</b>
Imposto de renda diferido s/ ativos reconhecidos	<b>1.155.711</b>	<b>44.744</b>	<b>1.200.456</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>408.066</b>	-	<b>408.066</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.001.095</b>	<b>131.602</b>	<b>1.087.953</b>
Ajuste a valor justo	-	86.858	86.857
<b>Parcela dos acionistas não controladores</b>	<b>(375)</b>	-	<b>(375)</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>2.564.497</b>	<b>131.602</b>	<b>2.696.099</b>

\*Em virtude da data de elaboração desse estudo ser anterior à data-base da análise, estamos assumindo a situação patrimonial da empresa em novembro de 2021 como aproximação à situação esperada para dezembro de 2021.

#### Composição da alocação preliminar:

#### Alocação do Valor

	1.001.095
<b>Patrimônio líquido da Focus (a)</b>	<b>960.820</b>
<b>Contraprestação transferida (b)</b>	<b>40.276</b>
<b>Compra vantajosa = (a) - (b)</b>	<b>40.276</b>
Compra vantajosa	40.276
PPA e autorização - Futura I	85.804
PPA e autorização - PCHs	30.729
Carteira de clientes - Intel	15.069
Imposto de renda diferido s/ativos reconhecidos	(44.744)
<b>Compra vantajosa final</b>	<b>127.134</b>

**Aprovação dos Acionistas e Fechamento da Operação:** O fechamento da Operação cumpriu as condições precedentes usuais deste tipo de operação, incluindo, (i) a aprovação da sua consumação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE (aprovação ocorreu em 11 de janeiro de 2022) e (ii) a aprovação da Assembleia de Acionistas das Companhias (a aprovação ocorreu em 4 de fevereiro de 2022). Em 11 de março de 2022 os Conselhos de Administração das Companhias informaram a renúncia das condições suspensivas da operação e a efetivação da incorporação da Focus pela Eneva II. Em 21 de março de 2022 a Eneva efetuou o pagamento do valor base de R\$715.000 mil atualizado pela variação do CDI desde a data de celebração do acordo. Os impactos das mensurações contábeis relativos à combinação de negócios serão registrados no momento do fechamento da operação, conforme CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, respeitando-se o limite do período de mensuração, de até 1 ano após o closing. **Encerramento das negociações do Polo Urucu:** Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia informou que encerrou, sem êxito, as negociações para aquisição do Polo Urucu junto à Petrobrás Brasileira S.A. ("Petrobras"), que haviam iniciado em fevereiro de 2021. Apesar dos esforços envidados pelas partes durante esse processo, ao longo da negociação, não foi possível convergir para um acordo. Com isso, as partes optaram por encerrar as negociações em curso, sem penalidades para nenhuma das partes. **Usina Termelétrica Jaguatirica II ("UTE Jaguatirica II") inicia operação comercial:** A UTE Jaguatirica II, no estado de Roraima, recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para iniciar a operação comercial da primeira unidade geradora, com capacidade instalada de 48.653 MW, a partir de 15 de fevereiro de 2022. Em 9 de março de 2022 autorizado, a operação comercial da segunda unidade geradora, com capacidade instalada de 48.653 MW. Com isso, a UTE passa a ter uma capacidade disponível total de 97.306 MW. **7ª emissão de debêntures pela Eneva S.A.:** O Conselho de Administração aprovou, em 17 de fevereiro de 2022, a realização da 7ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária, em série única, no valor total de R\$ 1.500 milhões. O vencimento das Debêntures ocorrerá em 15 (quinze) meses, contados da data de emissão, ou seja, em 16 de maio de 2023. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"). Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Uteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"). Sobre a taxa de Sobretaxa de 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Uteis ("Sobretaxa"), e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração", calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Uteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização (inclusive) ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de cálculo (exclusive), sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na escritura da Emissão. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio das Debêntures serão utilizados para reforço de capital de giro da Companhia. As condições e critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, com exceção de qualquer prêmio.

#### Conselho de Administração

<b>Jerson Kelman - Presidente</b>	<b>Henri Philippe Reichstul - Vice-Presidente</b>
<b>Conselheiros</b>	
Elena Landau, Felipe Gottlieb, Guilherme Bottura, Marcelo Pereira Lopes de Medeiros, Renato Antônio Secondo Mazzola	
<b>Diretoria</b>	
Pedro Zinner - Diretor Presidente	
Lino Lopes Cançado - Diretor, Marcelo Campos Habibe - Diretor de Relação com Investidores; Marcelo Cruz Lopes - Diretor	
<b>Controladoria</b>	
Ana Paula Alves do Nascimento - CRC-RJ 086933/O-0 - Controller	
<b>Contador</b>	
Bruno Campelo de Azevedo - CRC-RJ 106648/O-9	

Adicionalmente, realizamos a conferência aritmética dos valores apurados com base nos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, confrontando-os com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e relatórios gerenciais elaborados pela Administração. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas sobre imposto de renda e contribuição social diferido estão adequadas. Com base nos procedimentos e nas evidências obtidas na execução dos procedimentos acima resumidos, consideramos os valores contábeis de imposto de renda e contribuição social diferido ativo da Companhia e sua controlada Itaipu, bem como as divulgações relacionadas, como aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante e consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o fechamento da Companhia. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras e os dados contábeis e as informações que os sustentam, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 21 de março de 2022. KPMG Auditores Independentes CRC SP-0144/O-6 F-RJ, Luis Claudio França de Araujo - Contador CRC RJ-091559/O-4.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>